



JOSIMAR PEREIRA DA SILVA

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

UM EXAME SOBRE A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA NO PLANO
ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA 2015-2024:
UM ESTUDO VISANDO AS PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES PARA A
COMPREENSÃO DO PAPEL DO ESTADO NA FORMAÇÃO DO TRABALHO
PRODUTIVO

CHAPECÓ

2017

JOSIMAR PEREIRA DA SILVA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

UM EXAME SOBRE A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA NO PLANO
ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA 2015-2024:
PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES PARA A COMPREENSÃO DO RECENTE PAPEL
DO ESTADO CATARINENSE NA FORMAÇÃO DO TRABALHO PRODUTIVO

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado
como requisito para a obtenção do grau de Licenciada em
História da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientador (a): Prof. Dr. Maurício José Siewerdt.

CHAPECÓ

2017

PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas

SILVA, JOSIMAR PEREIRA DA
UM EXAME SOBRE A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA NO PLANO
ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
2015-2024.: UM ESTUDO VISANDO AS PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES
PARA A COMPREENSÃO DO PAPEL DO ESTADO NA FORMAÇÃO DO
TRABALHO PRODUTIVO/ JOSIMAR PEREIRA DA SILVA. -- 2017.
66 f.:il.

Orientador: MAURÍCIO JOSÉ SIEWERDT.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
LICENCIATURA EM HISTÓRIA , Chapecó, SC, 2017.

1. Plano Estadual de Educação-SC 2015-2024. 2.
História do tempo presente. 3. Trabalho Produtivo. I.
SIEWERDT, MAURÍCIO JOSÉ, orient. II. Universidade
Federal da Fronteira Sul. III. Título.

JOSIMAR PEREIRA DA SILVA

**UM EXAME SOBRE A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA NO PLANO
ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA 2015-2024:
UM ESTUDO VISANDO AS PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES PARA A
COMPREENSÃO DO PAPEL DO ESTADO NA FORMAÇÃO DO TRABALHO
PRODUTIVO**

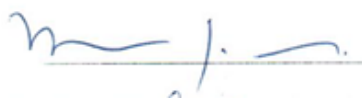
Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para a obtenção do grau de Licenciado em História da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientador: Prof. Dr. Maurício José Siewerdt

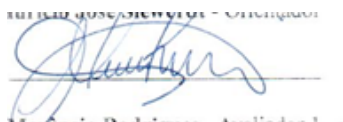
Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em: 06/07/17

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Maurício José Siewerdt – UFFS



Prof. Dr. Marilda Merênci Rodrigues



Prof. Me. Bruno Antônio Picolli





**ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

Aos seis dias do mês de julho de dois mil e dezessete, às quinze horas e quarenta e cinco minutos nas dependências do Campus Chapecó da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), reuniu-se a banca avaliadora da monografia apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso constituída pelos professores: **Dr. Maurício José Siewerdt (Orientador)**, **Dr.^a Marilda Merênci Rodrigues (UFFS)** e **Me. Bruno Antônio Picolli (UFFS)**. O Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em História elaborado pelo acadêmico **Josimar Pereira da Silva** sob o título: *Um exame sobre a função social da escola no Plano Estadual de Educação do Estado de Santa Catarina 2015-2024: um estudo visando as primeiras aproximações para a compreensão do papel do Estado na formação do trabalho produtivo* obteve a média final 8,50 sendo considerado APROVADO.

Chapecó - SC, 06 de julho de 2017.

Maurício José Siewerdt - Orientador

Marilda Merênci Rodrigues - Avaliador 1

Bruno Antônio Picolli - Avaliador 2

Este trabalho é dedicado a todos que contribuíram para minha formação pessoal, acadêmica e social. A todos os amigos e amigas que sempre estiveram dispostos a mais uma roda de conversa. Dedico àqueles que direta ou indiretamente fizeram-se presentes em minha vida.

Dedico este trabalho a minha irmã Josiene Pereira, por ser exímia guerreira da vida, ao meu avô Augusto Soares Coelho, tão persistente em vida e com tamanho conhecimento que jamais poderá ser avaliado por um ensino superior ou básico. Dedico a minha avó Geralda Pereira de Carvalho [*in memoriam*], que sempre soube como estar presente e falar dos sentidos. Dedico a minha mãe, Neusa Pereira Coelho da Silva, por ter me oportunizado ser questionador do mundo. Esta dedicatória é para Leno Luís, poeta heterônimo que me acompanha no despertar do sentimento do mundo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas com que tive a oportunidade de aprender e a buscar sempre mais, a ansiar por novas buscas e, conseqüentemente, novas descobertas e conhecimentos. Sou grato imensamente aos amigos, irmãos de vida, colegas e alunos que sempre confiaram em mim e em minhas contribuições para a educação.

Meu agradecimento em especial vai para a Família Zanon, José, Nilce, Rodrigo e Jonis, com suas esposas Yeligel Delevatti e Janaína de Lara, por ser minha família de coração e por ter me amparado nos momentos em que mais precisei. Em especial a Alicia, Paula e Paulo, por me oportunizaram muitas das belezas da vida e suas alegrias.

Sou grato aos amigos e irmãos de vida por sempre estar ao meu lado, mesmo quando separados pela distância. A Carolina Bernardo, Marcelo Cadore, Juciane de Gregori, Paulo JeZus, Wagner Bencke. Aos queridíssimos Handressa Louanne Rossi e Nívio Miguel de Toledo Junior. Aos irmãos Daniel Matos dos Santos, Paulo Henrique de Oliveira (Bucheche), Alexandre Budke, Ivan Kirchner Eidt, Diogo Mateus Hartmann, Marcio Adriano Dutra (Negão), Roque Pelizza, Anderson de Oliveira (Burns), Alaor Limberger e Taís. A todos da casa azul e seus agregados e convidados.

Meus agradecimentos são para meu orientador Maurício José Siewerdt por ter acreditado e compreendido as diversas ondulações no percurso da pesquisa e por continuar estimular a seguirmos em frente. Sou grato também a Marilda Merência Rodrigues, pelos primeiros incentivos à pesquisa. A todo o MH2C, o Movimento Hip-Hop Combativo Chapecó, ao grupo de RAP Lúria e também, aos amigos, que mesmo não citados estiveram em contato constante antes e durante a constituição do presente trabalho.

Agradeço profundamente a Maria Cristina Rossi e Annelise Schmidt, duas pessoas maravilhosas que acreditaram em minha capacidade e conhecimento didático da História e da Educação. Agradeço a todas as colegas de ensino e docência, em especial a Elisângela Paz e Helena Bordignon que, constantemente param para me ouvir e fazermos reflexões conjuntas. Meus agradecimentos aos poetas e poetizas inspiradores de minhas criações.

“Tenho apenas duas mãos e o sentimento do mundo.” Sentimento do Mundo – Carlos Drummond de Andrade.

“Não sou nada.

Nunca serei nada.

Não posso querer ser nada

À parte isso, tenho em mim todos os sonhos do mundo”. Tabacaria - Álvaro de Campos

Doce de sonho
Doce que não me oponho
De janela fume em preto,
Amarelo, azul e branco
Um olhar de criança

E em seus olhos
Brilha um sonho
Correndo entre vazias estradas
Solitário
Em voz branda berrava

Não há o que comer
Só há o que trabalhar
Criança tênue e franzina
A sempre que desculpar

Da janela continua um brilho
E ofuscado
Fez-se um grande menino
Sonho em doce
Apenas em criança, um dia acalentou-se

De grande envergadura
Tão pouco era sua cabeleira
Em frondosa bravura

Mas com um olhar tão penetrante
Fez de mim um grande errante
Num doce em sonho
Que um dia em menino me dera

Um senhor
Que tanto faz
Mas em linhas de violas
Dedos, mãos e mente
Em sonhos doces
De caminhos tortuosos
Segue-se em paz

Quando não escrevemos sobre a antiguidade clássica ou o século XIX, mas sobre nosso próprio tempo, é inevitável que a experiência pessoal desses tempos modelem a maneira como os vemos, e até a maneira como avaliamos a evidência à qual todos nós, não obstante nossas opiniões devemos recorrer e apresentar (HOBSBAWM, 2013, p.317).

RESUMO

Esta Monografia tem por finalidade apresentar os resultados de um estudo que buscou realizar as primeiras aproximações com relação à função social da escola diante do papel do Estado na formação do trabalho produtivo, a partir do exame do novo Plano Estadual de Educação (PEE-SC), com vigência para o período 2015-2024. Objetivou-se apontar as prescrições presentes nesse Plano quanto à função social da escola pública e o seu papel na reprodução da sociabilidade do capital. Para este fim, buscou-se, no interior desse documento, manifestações das recomendações feitas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) oriundas do documento Avaliações de Políticas Nacionais de Educação: Estado de Santa Catarina, publicado por essa organização no ano de 2010. Como referencial teórico, utilizamos o conceito de trabalho produtivo, capturado por Karl Marx como uma das categorias fundamentais para a realização do movimento do capital. Operamos com tal referencial por que ao longo do processo de investigação nos damos conta de que desde finais do segundo milênio o Estado de Santa Catarina apresenta, um acelerado movimento de importantes reformas no campo da Educação no sentido de contemporizar a reprodução das forças produtivas diante das novas demandas do capital para a formação de força de trabalho em nível regional. Como problema de pesquisa entendemos como de vital importância historicizar a trajetória política de construção do PEE-SC, procurando identificar os grupos hegemônicos na condução do processo de construção/elaboração do Plano. Para todos os efeitos, as características desse tipo de investigação e difusão historiográfica se trata de uma abordagem no campo da história do tempo presente, conceito abordado por Eric Hobsbawm, e utilizando como metodologia a pesquisa de tipo exploratória/empírica dos documentos que norteiam a formulação desse novo plano de educação para Santa Catarina.

Palavras-chave: Plano Estadual de Educação-SC 2015-2024; História do tempo presente; Trabalho Produtivo.

ABSTRACT

AN EXAM ON THE SOCIAL FUNCTION OF THE SCHOOL IN SANTA CATARINA'S STATE PLAN OF EDUCATION 2015 – 2024. A STUDYING VIEWING THE FIRST APPROACHES FOR UNDESTANDING THE STATE ROLE IN THE FORMATION OF PRODUCTIVE WORK

This monograph aims to present the results of a study that sought to make the first approaches regarding the social function of the school against the role of the State in the formation of productive work, based on the examination of the new State Education Plan (PEE-SC), Effective for the period 2015-2024. The objective was to point out the prescriptions present in this Plan regarding the social role of the public school and its role in the reproduction of the sociability of capital. For this purpose, it was sought inside this document, manifestations of the recommendations made by the Organization for Economic Co-operation and Development (OECD) from the document Evaluations of National Policies of Education: State of Santa Catarina, published by that organization in the year of 2010. As a theoretical reference, we use the concept of productive labor, captured by Karl Marx as one of the fundamental categories for the achievement of the capital movement. We operate with this referential because during the investigation process we realize that since the end of the second millennium the State of Santa Catarina presents an accelerated movement of important reforms in the field of Education in the sense of temporizing the reproduction of the productive forces before the New capital demands for the formation of a regional workforce. As a research problem, we understand as vital importance to historicize the political trajectory of the construction of the PEE-SC, trying to identify the hegemonic groups in the process of construction / elaboration of the Plan. For all purposes, the characteristics of this type of historiographical investigation and diffusion is an approach in the field of the history of the present time, concept approached by Eric Hobsbawm, and using as methodology the exploratory / empirical research of the documents that guide the formulation of this new education plan for Santa Catarina.

Keywords: State Education Plan-SC 2015-2024. Productive work. History of the present time. OECD Report.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEE-SC - Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina
CNI - Conselho Nacional das Indústrias
CONAE - Conferência Nacional de Educação
CULV - Centro Universitário Leonardo da Vinci
EAD - Educação à Distância
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio
EPTNM - Educação Profissional Técnica de Nível Médio
EPTNS - Educação Profissional e Tecnológica de Nível Superior
FCEE - Fundação Catarinense de Educação Especial
FDE - Fundação para o Desenvolvimento da Educação
FEESC - Fundação Educacional de Santa Catarina
FEE-SC - Fórum Estadual de Educação de Santa Catarina
FGV - Fundação Getúlio Vargas
FNE - Fórum Nacional de Educação
FURB - Universidade Regional de Blumenau
GEHDEB - Grupo de Estudos e Pesquisa em História da Educação Brasileira
GEPOC - Grupo de Estudos e Pesquisas em Ontologia Crítica
IFC - Instituto Federal Catarinense
LDB – Lei de Diretrizes e Bases.
LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LHS - Luiz Henrique da Silveira
MEC – Ministério da Educação e Cultura
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PEE-SC - Plano Estadual de Educação de Santa Catarina
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNE - Plano Nacional de Educação
PROEP - Programa de Expansão da Educação Profissional
PSD - Partido Social Democrático
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira
PUC-PR - Pontifícia Universidade Católica do Paraná
SAEB - Sistema de Avaliação Básica
SDR's - Secretarias de Desenvolvimento Regional

SED-SC - Secretaria Estadual de Educação
SEF-SC - Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SNE - Sistema Nacional de Educação
UCB-RJ - Universidade Castelo Branco – Rio de Janeiro
UCM - Universidad Complutense de Madrid
UDESC - Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina
UFAM - Universidade Federal do Amazonas
UFFS - Universidade Federal da Fronteira Sul
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
UNC - University of North Carolina System
UNDIME - União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
UNICS - Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná
UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UNISUL - Fundação Educacional do Sul de Santa Catarina
UNIPLAC - Universidade do Planalto Catarinense
UNOESC - Universidade do Oeste de Santa Catarina
USP - Universidade de São Paulo

Sumário

RESUMO	10
ABSTRACT	11
1. INTRODUÇÃO.....	15
CAPITULO I – O PAPEL DO ESTADO NA FORMAÇÃO DO TRABALHO PRODUTIVO	21
1.1 O PRESENTE COMO TEMPO HISTÓRICO	21
1.2 A PRODUTIVIDADE DO TRABALHO E O PAPEL DA ESCOLA NA REPRODUÇÃO DE FORÇA DE TRABALHO.....	25
1.3 CAPITAL HUMANO E A FORMAÇÃO PARA O TRABALHO	28
CAPÍTULO II - A CONSTRUÇÃO DO PEE-SC	32
2.1. ANTECEDENTES	32
2.2. O RELATÓRIO OCDE: UMA ENCOMENDA DO ESTADO PARA A EDUCAÇÃO	34
2.3 DEMANDAS PARA UM NOVO PLANO ESTADUAL PARA A EDUCAÇÃO	35
2.4 O DOCUMENTO PRELIMINAR DO PEE-SC 2015-2024.....	43
2.5 UMA NOVA PEDAGOGIA PARA A HEGEMONIA	45
2.6 O RELATÓRIO DA OCDE PARA A EDUCAÇÃO	46
3. CAPITULO III – O PROCESSO DE APROVAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO SANTA CATARINA	52
3.1 AS ATAS DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E OS DEBATES PARA A APROVAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO	52
3.2 A CONSTRUÇÃO DO PEE-SC: DOCUMENTOS E REFERÊNCIAS	54
3.4 AS CONFERÊNCIAS PREPARATÓRIAS E LIVRES NA CONSTRUÇÃO DO PEE	57
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	63

1. INTRODUÇÃO

A presente monografia apresenta os resultados de um estudo sobre o papel do Estado na formação do trabalho produtivo, prescritos no novo Plano Estadual de Educação de Santa Catarina, o PEE-SC, com vigência de 2015 a 2024. Esse trabalho colocou como desafio de pesquisa, realizar uma primeira aproximação com uma temática voltada a identificar como se manifesta a função social de escola na perspectiva adotada no texto final do documento.

Ao mesmo tempo, desde o final do século passado, é possível destacar um movimento indicativo de importantes reformas no campo educacional. Este fato é perceptível devido à encomenda, pelo governo estadual, de uma avaliação, por um organismo multilateral, cuja finalidade foi a de produzir um documento sobre o quadro educacional catarinense: o Relatório da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômicos – OCDE, encomenda feita pelo então governador Luiz Henrique da Silveira, em 2009 e publicada no ano de 2010. Este, também pretende fazer recomendações para a elaboração de novas políticas que atendam as demandas e investimentos estaduais.

O relatório apresenta uma reflexão geral sobre a educação no Brasil e Santa Catarina, apontando investimentos e abordagens que o governo catarinense tem para com a educação. O relatório conclui, parcialmente, que os resultados da educação no Estado, não condizem com a realidade investida na educação, informando, que há um alto investimento, 19.3 % de seus serviços (OCDE, 2010, p.50) para a educação, porém com pouco retorno em sua aplicabilidade social.

Visando apontar soluções para a falta de retorno/investimento na educação, o relatório faz recomendações políticas que visam a descentralização municipal, o que possibilita o planejamento e a execução de acordo com as considerações e prioridades das políticas públicas do estado para a educação. Além de recomendar uma ampliação de funções de monitoramento e funções de controle de melhorias e qualidade, o relatório recomenda que o estado catarinense deve

Harmonizar a gestão da educação em Santa Catarina. Isso pode ser feito mediante a criação de mecanismos regulatórios centrados no Estado para a coordenação e supervisão operacional, e mediante o reforço da coordenação das políticas educacionais no nível local, sobretudo nos municípios que agora

ficarão com a maior parte do atendimento da educação infantil e do ensino fundamental. (OCDE, 2010, p.77)

De maneira a harmonizar tal gestão educacional, a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico traz ainda como recomendação analisar as considerações políticas sobre a educação, aumentando o trabalho de fiscalizar os dizeres educacionais entre a Secretaria Estadual de Educação (SED-SC) e o Conselho Estadual de Educação (CEE-SC). Esta fiscalização seria de utilidade para dar retorno (*feedbacks*) das políticas públicas, harmonizando e padronizando a gestão das escolas no Estado¹.

Entende-se que as reformas educacionais em nível regional, são elaboradas e implementadas em consonância com as políticas nacionais de educação, principalmente com a Constituição de 1988, a LEI Nº 9394/96 que dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, as Constituições estaduais e a LEI Nº 13005 do Plano Nacional de Educação - PNE, a fim de valorizar as necessidades estaduais e municipais de cada região e analisar o processo de desenvolvimento humano em seus níveis de sociabilização e contribuição para a sociedade.

A LDBEN 9394/96, em seu artigo primeiro, afirma que a educação “abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. Já seu segundo artigo, referente às diretrizes, aponta como dever do estado preparar o educando “para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”².

Por sua vez, em seu plano estadual, Santa Catarina sinaliza para reformas unindo a preparação para o trabalho a aspectos educativos de formação mais geral. Através da união entre a formação geral do educando e à sua profissionalização, inserindo-o na divisão social do trabalho, o estado fomenta e tem engendrado novas políticas e novas dinâmicas para os setores educativos.

A relação entre os campos de profissionalização e preparação para o mundo do trabalho caracteriza-se por ser a formação educacional, a rigor, prescritas nos Planos Estaduais catarinenses. Essa correlação de forças entre capital e trabalho, altera o

¹Id. OCDE, **Avaliações de políticas nacionais de educação**: Estado de Santa Catarina Brasil: OCDE, 2010, p.77, grifo do autor.

²BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: nº 9394/96. Brasília: 1996, p.1-2.

conceito de educação na sociedade contemporânea, suscitando novos paradigmas para a função social de escola.

Já com vistas a uma concepção de escola e, por consequência, sua função social, é descrita pelo filósofo brasileiro Álvaro Vieira Pinto (1986, p. 29-30) através da pedagogia clássica e convencional, na definição que a educação tem significado restrito e é sistematizada nas fases infantil, juvenil e adulta.

Porém, ao considerar este conceito de educação, corre-se o risco de reduzi-la aos limites da pedagogia clássica, proporcionando, conforme seu autor, um erro lógico, filosófico e sociológico. Para tanto, é necessário considerar que a educação tem dois significados específicos, um restrito e um amplo.

Para Álvaro Vieira Pinto, a educação pode ser definida em seu sentido amplo, e autêntico. Amplo, pois a educação “[...] diz respeito à existência humana em toda a sua duração e em todos os seus aspectos”³. Sendo assim, é um processo próprio de formação humana que, enquanto processo, torna-se autêntica, pois se trata de um processo de transformação contínuo e dialético.

Em outra perspectiva, aponta Mészáros (2005, p.15) que a natureza da educação está intimamente ligada e vinculada ao destino do trabalho na contemporaneidade, pois, para o mundo do Capital tal separação, entre trabalho e capital, nas palavras do filósofo húngaro, “[...] requer a disponibilidade de uma enorme massa de força de trabalho sem acesso aos meios para sua realização [...]” necessitando, ao mesmo tempo, “[...] socializar os valores que permitem sua reprodução”.

Portanto, compreende-se que a educação, na contemporaneidade é dada como processo construtivo da cultura hegemônica do capitalismo e das sociedades a que ele se reproduz. A cultura capitalista é determinada, e assim se estrutura, a partir dos interesses de seus governantes na ânsia de reproduzir à sua imagem e semelhança, permitindo a elaboração de políticas que interlaçam a reprodução social do indivíduo na sociedade e a união entre formação educacional e destino do trabalho.

Partindo de uma pesquisa empírica e exploratória, e lançando mão das considerações de Eric Hobsbawm (2013, p. 315) de que “[...] toda história é a história contemporânea disfarçada [...]”, orientamos teoricamente nossa pesquisa a partir da compreensão de que tal análise fornece ao historiador, influências do mundo

³ Id. PINTO, Álvaro Vieira. **Sete Lições sobre a Educação de Adultos**. São Paulo: Cortez-Autores Associados, 1986, p.29.

vivido/observado e suas experiências pessoais desse tempo, o seu próprio tempo e assim, novas maneiras de observá-la.

Escrever a história de nosso próprio tempo requer ao historiador/pesquisador uma experiência individual de vida e também uma experiência coletiva que, conforme Hobsbawm, mesmo apontando em verdade torna-se paradoxal, mesmo se encaixarmos nossas experiências e considerações no quadro da observação dos marcos da história, mas que ainda assim, essas experiências continuarão sendo nossas. Sobre isso cabe ainda destacar, nas palavras de Hobsbawm (2013, p.317) que

Quando não escrevemos sobre a antiguidade clássica ou o século XIX, mas sobre nosso próprio tempo, é inevitável que a experiência pessoal desses tempos modele a maneira como os vemos, e até a maneira como avaliamos a evidência à qual todos nós, não obstante nossas opiniões devemos recorrer e apresentar (HOBSBAWM, 2013, p.317).

Por isso, o objetivo geral deste estudo foi o de identificar e questionar qual a função social de escola que o Estado de Santa Catarina concebe no âmbito de suas reformas educacionais e que está presente no novo plano estadual de educação.

A partir da definição de “função social de escola”, pretende-se realizar um levantamento histórico dos Planos Estaduais que Santa Catarina teve até aqui e compreender as ações tomadas pelo governo catarinense na elaboração e na encomenda do relatório da OCDE sobre os caminhos da educação no Estado.

A abordagem dos programas de reformas do governo destinado à educação básica e suas principais políticas para adequação da escola são oriundos de políticas educacionais⁴, presentes em documentos norteadores para a elaboração e consolidação do novo plano educacional do estado. Como processo metodológico, realizamos análises documentais, com objetivos a perceber e identificar o processo construtivo do novo Plano Estadual de Educação, baseado nas recomendações do relatório da OCDE. Ao examinar documentos, atas, conferências, abordamos como referencial teórico-metodológico, os estudos de Eneida Oto Shiroma, Roselene F. Campos e de Rosalba Garcia⁵.

⁴SHIROMA, Eneida; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. **Política Educacional**. 4 ed, Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

⁵SHIROMA, Eneida Oto; CAMPOS, Roselane F; GARCIA, Rosalba M.C. **Decifrar textos para compreender a política**: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. In: Revista Perspectiva, Florianópolis, v. 23, n. 02, p. 427-446, Jul/Dez, 2005.

No campo da historiografia, utilizaremos as contribuições de Eric Hobsbawm (2013)⁶ para examinarmos uma história que de maneira vívida acontece no tempo em que este texto é produzido. Entendemos que o uso do conceito de história do tempo presente, em conexão com o conceito marxiano de trabalho produtivo, é vital para compreender o desenvolvimento recente da educação catarinense em seu papel de reprodução de força de trabalho para a manutenção do trabalho produtivo, assim como o papel do Estado em manter essas estruturas hegemônicas do sistema capitalista e sua reprodução.

Com vistas a atingir os objetivos dessa investigação, trataremos, portanto, no primeiro capítulo, de abordar os aspectos teóricos em torno das concepções de Educação, trabalho produtivo, trabalho improdutivo, capital humano e, ainda, o conceito de história do tempo presente como fundamentação teórico-metodológico para abordar o campo educacional com suas reformas, demonstrando o papel do Estado como sustentáculo da estrutura social diante de suas considerações para a formação de indivíduos que cumpram seu papel de força de trabalho qualificada para a sociedade capitalista.

O segundo capítulo, privilegiará a avaliação da OCDE e a elaboração das recomendações para o governo catarinense. Em breve exposição, o capítulo faz um resgate historiográfico da encomenda e elaboração do documento em 2009, até sua publicação em 2010, dispondo sobre as aplicações que Santa Catarina adotou para a constituição de seu plano para a educação. Este capítulo faz uma análise das políticas públicas para a educação brasileira e catarinense. Com foco na compreensão da constituição da educação no Brasil, este capítulo procura identificar os autores que dissertam sobre a educação e as mudanças constantes no campo educacional. A promulgação da LDBEN nº 93934/96, abordada aqui, permite uma reviravolta nas escolas provocando diversas reformas que convergem para uma educação mais celetista, tendo a educação na formação social e para o trabalho, profissionalizando força de trabalho e a busca pela educação profissionalizante.

No terceiro capítulo, analisaremos diretamente os impactos do PEE-SC na formação para o trabalho, desde sua elaboração, debates, recomendações e regulamentação.

⁶HOBSBAWM, Eric. J. O presente como história. In: **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p.315-332.

Por fim, pretende-se através deste estudo compreender a concepção de escola e sua função social inscritas no PEE-SC, realizando um exame sobre suas prescrições quanto à concepção de educação adotada em Santa Catarina, em face ao mercado e suas demandas.

CAPITULO I – O PAPEL DO ESTADO NA FORMAÇÃO DO TRABALHO PRODUTIVO

1.1 O PRESENTE COMO TEMPO HISTÓRICO

Este capítulo analisa os fenômenos educacionais decorrentes no século XX, enquanto processos de transformação da estrutura da sociedade. Através da educação, identificou-se a continuidade do projeto de formação social para a produtividade do trabalho a partir dos marcos teóricos do historiador Eric Hobsbawm, em interconexão com os conceitos de trabalho produtivo, descritos por Karl Marx e ainda, das considerações de Gaudêncio Frigotto sobre a concepção de escola e seu papel no seio da sociedade capitalista.

Os efeitos das mudanças ocorridas após a segunda guerra mundial transformaram as relações entre os países na disputa pela hegemonia no sistema econômico industrial. O processo de globalização, já fortemente desenvolvido na primeira grande guerra permitiu às nações significativo desenvolvimento dos setores produtivos (Hobsbawm, 2013, p.318-320). Enquanto na Europa, o processo de reorganização social é desencadeado nos países potencialmente capitalistas, nas Américas, como é o caso dos Estados Unidos da América e do Brasil, acirra-se a corrida para a industrialização. Tal fenômeno, a industrialização americana, novo o século XX, fragiliza ainda mais as relações entre as nações e a disputa pela potência econômica mundial.

Hobsbawm considera a análise do tempo como processo histórico formativo e também como ferramenta de observação, a ponto de facilitar a compreensão de determinados fenômenos, marcados por um tempo presente e próximo ao investigador, a partir da compreensão do próprio presente, ou seja, conforme o fenômeno observado próximo ao contexto em que se aplica o olhar do historiador.

Buscando fundamentar sua teoria, Hobsbawm escreveu um ensaio referente ao termo “o breve século XX”⁷, esclarecendo a importância da análise do tempo presente enquanto agente de mudanças, enfatizando as experiências individuais, que também são

⁷HOBSBAWM, Eric. J. **O presente como história**. In. Sobre História. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 315-331.

coletivas de acordo com o marcos históricos reconhecidos em nosso próprio tempo de vida. (HOBSBAWM, 2013, p.316).

Tal expressão “nosso próprio tempo”, constitui sua completa obra *Era dos extremos: o breve séc. XX*⁸ que corresponde aos períodos históricos entre 1914, marco do início da primeira grande guerra e a formação territorial atual dos países europeus, até 1989, marco da queda do Muro de Berlim.

Para o autor, estes são marcos que definem a ruptura com o século XIX, de uma Europa em estágio de partilha imperialista, se reorganizando mundialmente nas disputas pelo poder do capital produtivo, se estendendo até a queda do muro de Berlim em 1989, com o recrudescimento do Estado mínimo e o aprofundamento da fragmentação da classe trabalhadora. Eric Hobsbawm visa a compreensão da sociedade contemporânea, realizando críticas às transformações políticas e sociais da sociedade europeia e, conseqüentemente, nos demais países impactados pelas disputas de poder do capital e das estruturas dos meios de produção capitalistas.

Ao expor as transformações decorrentes das tensões do início do século XX, Hobsbawm (2013, p. 317) aborda os desafios e perigos de escrever a história enquanto fenômeno presente. Fala de uma escrita não só a partir do olhar do historiador enquanto pesquisador, mas também enquanto indivíduo presente nas próprias transformações da sociedade.

O autor afirma que “[...] toda história é a história contemporânea disfarçada [...]” (HOBSBAWM, 2013, p.315), informando que um autor, escritor ou literato, descreve ou discorre o olhar sobre a história a partir de seu próprio olhar caracterizado, pautado em sua perspectiva ao levantar questionamentos de acordo com seu presente vivido e seus anseios com vistas a considerar o fenômeno observado.

Para tanto, pondera Hobsbawm “[...] se deixarmos de lado esse quadro da história contemporânea que é constituído para nós e no qual encaixamos nossas próprias experiências, essas experiências continuam sendo nossas”⁹. Pois, ao concentrar o olhar sobre um objeto de estudo, os questionamentos e os conceitos ainda estarão de acordo e conforme as preocupações do mundo contemporâneo dentro dos marcos e demandas apresentadas àquele tempo histórico.

⁸HOBSBAWM, E. J. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

⁹ Id. HOBSBAWM, Eric. J. **O presente como história**. In. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 315.

A priori, consideramos que existem dificuldades em estabelecer um diálogo com objeto estudado tão próximo de si no tempo, mesmo quando esta análise seja exploratória, como é o caso do PEE-SC. E por isso, é importante indicar alguns alertas de Hobsbawm sobre a história do tempo presente. Há três principais preocupações para estes problemas acerca da história do tempo presente que devem ser levadas em consideração.

O primeiro problema trata da problemática da data de nascimento do historiador, ou seja, de considerar o problema das gerações, onde e quando está inserido o historiador ao analisar seu objeto de estudo. Em segundo lugar, devemos perceber o problema de como nossa própria perspectiva do passado pode mudar em relação aos acontecimentos subsequentes, “[...] enquanto procedimento histórico [...]”. Já em terceiro lugar, trata-se do problema apresentado por Eric Hobsbawm que é “[...] o de como escapar das suposições da época partilhada pela maioria de nós”¹⁰.

Eric Hobsbawm alerta para que ao se certificar cuidadosamente da percepção destes problemas, o historiador poderá evitar anacronismos, de ter atitudes ou atos, em relação ao objeto estudado, fora de sua época ou de até mesmo questioná-los.

Entretanto, ao estudarmos a expressão nosso próprio tempo, percebemos que a mesma desvia-se, ao que parece de uma questão importante para a historiografia. Ela supõe que uma experiência individual de vida também seja uma experiência coletiva (HOBSBAWM, 2013, p.316). E assim, consideramos que são marcos históricos, aqueles que pertencem ao nosso tempo de vida, dados a partir da nossa percepção em relação ao passado analisado.

Conforme Hobsbawm se, ao considerarmos que determinados marcos, da história mundial são marcos, presentes em nosso tempo de vida, mesmo que de uma maneira paradoxal, “[...] não é porque todos passamos por eles [...]” mas sim, porque os consideramos, os convencionamos como marcos da história, e estes serão portanto, marcos históricos¹¹.

Nota-se que só consideramos marcos, quando se tem o consenso e quando percebemos mudanças e movimentações na história atual a partir desses marcos, e por isso mesmo, aceitamos este consenso. Porém, é necessário, enquanto historiador questionar-se, afinal, como se forma tal consenso?

¹⁰ Ibid., p.315.

¹¹ Ibid., p.316.

Inicialmente, se considerarmos eventos como o fim da 2ª guerra mundial, a Revolução de Outubro de 1917 na Rússia, ou até mesmo eventos como o período da Ditadura Civil Militar no Brasil e o seu processo de redemocratização enquanto marcos da história, deve se questionar até que ponto semelhantes consensos são permanentes e até que ponto estes consensos estão sujeitos às mudanças ou transformações e como ou porque ocorrem.

Como já mencionado, todo historiador tem seu próprio tempo de vida, e desta forma, seu olhar sobre a história se torna, para utilizar o conceito de Hobsbawm seu poleiro de onde pode observar o mundo. “Todo o historiador, tem seu próprio tempo de vida, um poleiro particular a partir do qual sondar o mundo” (HOBSBAWM, 2013, p.317).

Quando passamos a observar um evento da história, partimos sempre de uma visão individual e atual ramificando, mais tarde, ao coletivo e consensual. Porém, se escrevemos sobre nosso próprio tempo, torna-se inevitável que a experiência pessoal desse tempo modele nossa maneira como o observamos¹².

Certamente, os consensos que criamos na contemporaneidade acabam por influenciar a maneira como interpretamos o objeto de análise. Para escrever a história do século XX ou do século XXI, por exemplo, um historiador se valerá de sua compreensão do presente e da maneira como ele o observa, pois só o fato de haver “[...] a diferença entre gerações é suficiente para dividir profundamente os seres humanos [...]” (HOBSBAWM, 2013, p.318), alterando inclusive, nossa própria compreensão do que é o tempo ou então a historiografia.

Para um historiador da metade do século XX, escrever sobre a antiguidade clássica requer pesquisa sobre suas fontes mais veteranas e um esforço em produzir a partir de seu imaginário, o que não ocorre se outro historiador, pertencente ao mesmo período histórico venha a escrever sobre a segunda guerra ou sobre a ascensão do nazismo e fascismo, pois não há ali uma separação de gerações entre pesquisador e objeto de pesquisa. É por isso que não é necessário o uso da imaginação do historiador acerca dos fatos narrados.

¹² Ibid., p.317.

1.2 A PRODUTIVIDADE DO TRABALHO E O PAPEL DA ESCOLA NA REPRODUÇÃO DE FORÇA DE TRABALHO

Diferenciar trabalho produtivo de trabalho improdutivo na atualidade tem se tornado cada vez mais importante para a economia política marxista. Na perspectiva da análise de Marx, evidencia-se que o processo do resultado do produto é a concepção de que meio e objeto de trabalho são, em seu processo de construção, meios de produção (MARX, 1989, p.584).

O conceito de trabalho produtivo trata-se de uma derivação própria do processo de trabalho, da aplicação da força de trabalho do sujeito sobre o objeto produto e da alienação da força de trabalho entre empregador e empregado. As forças produtivas são a capacidade de produzir, a partir do trabalho, bens de consumo, âmbito da sociedade capitalista, é a capacidade de produção de excedentes, ou seja, de produção de mercadorias¹³.

O acúmulo de riquezas e a geração de lucro, cerne do sistema produtivo do capital, ao modo que os modos de produção capitalista aprofundam seu processo de apropriação de trabalho excedente, geram a mais-valia e a exploração da força de trabalho do indivíduo.

Já ao incorporar a troca existente entre capital e trabalhador às forças produtivas, que são aqueles que produzem mais-valia, que realizam a produção excedente, o próprio trabalhador é introduzido nessa lógica em que é produtor e produto de sua força de trabalho.

Em sua teoria, Marx expõe que “[...] a produção da mais valia relativa pressupõe, portanto, um modo de produção especificamente capitalista, que, com seus métodos, meios e condições surgem e se desenvolvem de início, na base da subordinação formal do trabalho ao capital”. (MARX, 1989, p.585). Conforme o curso desse desenvolvimento, a subordinação formal acaba por ser substituída pela sujeição real do trabalho ao capital, subordinando trabalhador e trabalho a novos processos técnicos e de combinações sociais.

Desta forma, considera-se trabalho produtivo todo trabalho que é produtor de mais-valia, de produto excedente, a mercadoria, pois, em sua gênese, o foco das

¹³ HARRIS, Laurence. Forças produtivas e relações de produção. In. BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1988, p.157-160.

relações capitais de produção é a valorização de valor e do excedente de produção alienado às forças de trabalho nele empregado. Já o processo de produção de mais-valia absoluta concentra-se exclusivamente na duração da jornada de trabalho.¹⁴

Esta produção de mais-valia absoluta se dá pelo aumento total do que é produzido por um trabalhador em sua jornada normal de trabalho. De acordo com o verbete Forças Produtivas e Relações de Produção, do Dicionário do Pensamento Marxista (1988, p. 159) mais-valia é a “[...] extração da mais-valia absoluta envolve o crescimento da taxa de mais-valia por meio de um aumento do valor total produzido por cada trabalhador sem alteração do montante de trabalho necessário”.

Cabe observar, pois, ainda que a jornada de trabalho aumente, o que um trabalhador produz em seu tempo de trabalho é adicionado a tudo que foi produzido em um dia de trabalho, gerando a mais-valia absoluta.

[...] Isso pode ocorrer devido a uma ampliação (intensiva ou extensiva) da jornada de trabalho que, no entanto, se defronta com a resistência organizada da classe operária e atinge limites físicos, em que a saúde da classe da qual o capital como um todo (ou mesmo os capitalistas individuais) depende deteriora-se devido às horas excessivamente longas ou à alta intensificação do trabalho ou a salários insuficientes. (BOTTOMORE, 1988, p.363)

A mais valia absoluta é o que “constitui o fundamento do sistema capitalista e o ponto de partida da produção da mais valia relativa” (MARX, 1989, p.584). Destaca Karl Marx

A produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, ela é essencialmente produção de mais valia. O trabalhador não produz para si, mas para o capital. Por isso não basta que ele apenas produza. Ele tem de produzir mais valia. Só é produtivo o trabalhador que produz mais valia para o capitalista, servindo assim à auto expansão do capital (MARX, 1989, p.584).

Apesar de Karl Marx não ter elaborado teses sobre a educação, podemos facilmente atribuir os conceitos de trabalho produtivo e improdutivo na concepção de educação oriunda do sistema capitalista no sentido dos conceitos anteriormente apresentados. Ao empregar suas forças de trabalho sobre um objeto, o indivíduo, transforma a matéria prima em um determinado produto, sendo que este é um trabalho

¹⁴ Para maior aprofundamento, consultar: MARX, Karl, 1818-1883. O Capital: crítica da economia política. Livro Primeiro 12ª ed.: Editora Bertrand Brasil, 1989.

produtor de valor de uso, ou seja, nesse caso não há produção de mais-valia. A mais-valia somente ocorre numa relação capitalista que tem por finalidade o lucro proveniente da valorização do valor pelo trabalho.

Por ser diferente, o mesmo não acontece com o funcionalismo público onde o trabalhador, por exemplo, o professor, não irá produzir valor de troca, não visando, portanto, a geração de mais-valia e de lucros, constituindo-se, assim, um trabalho improdutivo de valor. Entretanto, por outro lado, ele mesmo, o profissional da educação pública, mesmo como trabalhador improdutivo será o agente da formação de indivíduos para os setores produtivos da sociedade capitalista, ocupando assim importante papel como agente que passa a consolidar a lógica do sistema produtivo, que é a formação de forças de trabalho qualificada para o setor produtivo.

Enquanto na lógica dos setores produtivos, ao pegar o valor inicial da matéria-prima com o valor empregado na produção do objeto, gera-se a mercadoria, que é fruto do trabalho humano abstrato. Não encontraremos esta análise no indivíduo professor de escola pública. Este, como já esclarecido, não exercerá a produção de mais valia, não vai produzir valor, no sentido que não há uma mercadoria para se produzir, portanto, não existe e não haverá lucro no final da relação de trabalho professor-aluno.

No trabalho docente, haverá apenas a continuidade nas relações professor-aluno-escola, através dos setores educacionais enquanto espaço de formação, na integração social e no processo de formação humana. Tais processos integram e engendram a sociedade almejada no cunho de seu acelerado desenvolvimento.

O papel da escola e, por consequência do professor, é o de formar indivíduos capazes de atuar em sociedade com vistas a mantê-la tal como se espelha e é almejada por seus grupos dominantes. Assim, cabe ao professor da escola pública não produzir lucro, mas qualificar forças de trabalho humana para dar continuidade e gerar novas relações capitalistas de mercado e de produção.

A educação deve ser compreendida como plano de determinações sociais que são por ela mesma constituída. Historicamente, a educação é um campo de disputa, onde o trabalho do professor é improdutivo porque não gera mais-valia e a escola pública que também é improdutivo porque ela é pública, não produzindo mercadorias. Porém, por ser o espaço de formação humana, a escola tem a função de possibilitar a formação de forças de trabalho, os estudantes que atuarão como forças produtivas na manutenção e vigência social do capitalismo. Para tanto, é pertinente questionar-se

sobre qual é a contribuição da escola pública para o capital, portanto? Esta pergunta procura-se responder na teoria do capital humano.

1.3 CAPITAL HUMANO E A FORMAÇÃO PARA O TRABALHO

Para Gaudêncio Frigotto, filósofo, educador e crítico da educação para o trabalho, a disputa pela hegemonia na educação visando à formação de força de trabalho pelo capital, é dada na perspectiva de “[...] articular concepções, a organização dos processos e dos conteúdos educativos na escola [...]”, ligadas amplamente no âmbito social, ou seja, “[...] nas diferentes esferas da vida social, aos interesses das classes” (FRIGOTTO, 2010, p.27-28).

A educação, diante desse campo de disputa, está amplamente difundida nas relações entre a sociedade e os processos produtivos que a constituem, além da difusão entre as diversas áreas do conhecimento que aponta para uma educação fomentada na qualificação humana. Conforme Frigotto

No seu âmbito mais amplo, são questões que buscam apreender a função social dos diversos processos educativos na produção e reprodução das relações sociais. No plano mais específico, tratam das relações entre a estrutura econômico-social, o processo de produção, as mudanças tecnológicas, o processo e divisão do trabalho, produção e reprodução da força de trabalho e os processos educativos ou de formação humana. (FRIGOTTO 2010, p28).

A educação se insere, portanto, na manutenção da estrutura social, com seus papéis voltados para o desenvolvimento do setor produtivo e econômico, produzir e reproduzir forças de trabalho qualificadas e cientes de seu papel na sociedade do capital e que cada vez mais sejam aptos a atuar com o avanço do capital sobre suas formas de reprodução. É responsável pela produção e reprodução dos sistemas de valores, no sentido de que a educação molda e se molda ao longo do avanço das ciências e da necessidade do capitalismo em se reinventar.

Para Frigotto (2010, p.28-29) as “[...] relações sociais de produção capitalistas não se perpetuam automaticamente”, pois o poder dominante da sociedade atual se redesenhará e irá pensar demandas de acordo com suas necessidades, colocando a educação como principal contribuinte para a sua perpetuação e ‘perfeição’ final.

A educação, desde o ponto de vista das classes dominantes, deve ser dada para o desenvolvimento de habilidades técnicas, dissociada da formação humana enquanto processo emancipatório, e por isso mesmo, deve se dar para o trabalho, para a garantia estrutural de manutenção do sistema capitalista e dos privilégios da classe dominante. Nessa perspectiva, reafirma especificamente a subordinação da classe trabalhadora ao capital.

É perceptível que a educação está pautada no fundamento da acumulação do capital, na distinção de classes, com a predominância hegemônica da elite, que tem como pressuposto a educação da classe trabalhadora de forma prática e técnica, e na teoria do capital humano. A Teoria do Capital Humano tem sua origem na década de 1950, formulada por Theodore W. Schultz, professor do Departamento de Economia da Universidade de Chicago, nos Estados Unidos.

A educação é vista, na teoria do capital humano, como fomento para o desenvolvimento dos setores produtivistas, adquirindo maior força no pós-segunda mundial, e acirrando-se na década de 1960, quando a nível global as elites desenvolvem políticas para a educação e formação da classe trabalhadora. Deste modo, a educação após esse período aparecerá como um modo de massificação, como solução para o acesso da população a melhores níveis de emprego e renda (SIEWERDT 2010, p.114).

Na formulação da teoria do capital humano, Schultz propõe que o tempo de permanência dos indivíduos na escola é uma maneira de manter o crescimento econômico e as forças de trabalho formadas no ambiente escolar, tornam-se importantes fontes de crescimento para o setor econômico. Porém esta teoria elaborada por Theodore Schultz teve participação efetiva de outro pensador, um economista e também professor da Universidade de Chicago, Gary Becker.

Becker em sua contribuição importante para a formulação da teoria do capital humano propõe que é necessário perceber os destinos buscados para a educação na difusão do desenvolvimento econômico. Em Becker “[...] a maioria dos investimentos em capital humano — como a educação formal, treinamento no trabalho, ou migração” são investimentos que levam a um fim, a reprodução e continuidade do capital industrial. (SIEWERDT, 2010, p.114).

As contribuições destes autores, Becker e Schultz, são necessárias e exemplificam a crítica de Frigotto (2010, p.34) ao indicar que o trabalho é um pressuposto do devir humano e, portanto, ele é também um princípio educativo. Por

isso, sabendo desse princípio ativo da formação para o trabalho, é importante que todos os indivíduos, na lógica capitalista, compartilhem e socializem esse pressuposto.

A crítica de Frigotto é muito clara ao salientar que diversas pesquisas têm sido produzidas recentemente, com o intuito de priorizar os componentes cognitivos na explicação de um sucesso profissional e rentista. A funcionalidade da escola para o capital humano está centrada na formação para a submissão ao mercado de trabalho, ou seja, a escola que produz e desenvolve atitudes, valores e hábitos de funcionalidade, destaca Frigotto (2010, p. 34-35).

Neste sentido, a educação torna-se uma forma de estabelecer uma hierarquia nesses processos avaliativos e, por fim, dicotomiza o papel formativo do indivíduo em seu papel de sucesso profissional e de rentabilidade. Porém, há críticas que Frigotto em seu livro *A Produtividade da escola Improdutiva* (2010) destaca sobre esta concepção de educação, assim as explicitando em dois conjuntos.

No primeiro conjunto trata-se de uma sociologia funcionalista, conceituada a partir de Talcott Parsons, sociólogo norte-americano, onde a própria organização da escola, sua hierarquia e divisão de serviços, horários, funções em diferentes papéis culminam em atitudes que são introduzidas na formação do indivíduo. Seriam elas, a independência, a realização, o universalismo e as especificidades enquanto bases de formação humana. Estas bases, de acordo com Roberton Dreeben, constroem a sociedade industrial. (FRIGOTTO, 2010, p.45).

Ao analisar o outro conjunto, o de viés marxista, mas que critica Frigotto por, em essência, muito se afastarem desse método, como é o caso de Bowles, o qual concebe a escola como espaço que fornece uma educação formativa de forças de trabalho disciplinada e habitada para o mercado de trabalho. Também Gintis o qual, por sua vez, aponta a formação escolar como concepção de atitudes para o mercado de trabalho de forma progressiva e direta.

Diante dessa perspectiva, a escola influi consideravelmente sobre a personalidade dos indivíduos, reduzindo seu papel à funcionalidade das hierarquias das empresas e do mercado de trabalho moderno. Neste contexto, C. R. Edwards também pertencente a este conjunto de autores norte-americanos, a partir de considerações marxistas ou a que se compare a ela, faz uma análise e entende que o papel progressivo e os traços da escola na formação da hierarquia funcional são pontos principais na concepção da educação de capital humano.

Gaudêncio Frigotto (2010, p. 42) tece críticas a este método de análise dos autores norte-americanos, pois para autor, tais análises apesar de serem significativas, “[...] apenas se desenvolvem dentro de uma linguagem marxista, mas se afastam do método e teoria marxista”. Em suma, o autor visualiza que para estes pensadores a instituição escola é dada como um “[...] aspecto da reprodução da divisão capitalista do trabalho. A organização escola, em seus principais aspectos, é uma réplica de dominação e submissão da esfera econômica”¹⁵, obscurecendo a compreensão do todo, ou seja, da formação para o trabalho, da concepção de escola enquanto campo de disputa dos setores produtivos e da manutenção da sociedade hegemonicamente mecanicista e capitalista.

¹⁵ FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista**. 1. Ed. São Paulo: Editora Cortez, 2010, p. 42).

CAPÍTULO II - A CONSTRUÇÃO DO PEE-SC

2.1. ANTECEDENTES

Como os planos de educação catarinense não foram de um todo consensuais na sua aprovação, é necessário retomar aqui, quantos foram e como foram implantados os planos educacionais anteriores ao presente analisado. Inicialmente, no final da década de 1960, Santa Catarina, assim como todos os Estados do Brasil viveram à revelia da política ditatorial do Brasil (1964-1985), tiveram as linhas para a educação através de decretos e leis que, independente da autonomia (inexistente) dos estados, tiveram que ser acatadas.

Durante os anos de 1969 a 1980, houve em Santa Catarina apenas um plano de educação, ao qual se alinhava à antiga LDB de 1961 (lei nº 4.024/61) e, posteriormente de acordo com as Leis 5.540/68 e 5.692/71. Compreende-se que as leis 5.540/68 e 5.692/71 foram apenas reformas da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 20 de dezembro de 1961, sendo substituída, por completo apenas em 1996 com a nova LDBEN 9.394/96. Nesta situação, Santa Catarina contou apenas com um plano educacional, que fora firmado em uma única lei a partir dos decretos nacionais da época.

Já o segundo plano estadual educacional, se é que podemos nomeá-lo assim, resumiu-se apenas em um decreto de lei, com vigência nos três primeiros anos da década de 1980, deixando ainda mais clara a falta de autonomia dos estados em assumir para si, o compromisso da educação. Este plano passou de lei para decreto e, posteriormente, para uma resolução.

Esse primeiro plano estadual, continha várias amarras. Não contemplava toda a população catarinense e ainda passava pela instabilidade da Ditadura Civil Militar brasileira, recortando, retraindo e demandando políticas para a educação, ignorando a autonomia dos Estados federativos.

Na Conferência Preparatória para a Elaboração do Novo Plano Estadual, Edna Correa Batistotti afirma que, “ele [*o plano*] também não tinha um alastramento, sabendo onde podíamos chegar, mas sim aonde o governo permitia [...]” (SANTA CATARINA, 2013, p.8-9).

Estranha-se que este plano de educação foi realizado dentro de gabinete, sendo proposto pela gestão vigente, ignorando a responsabilidade do Estado de Santa Catarina em manter as diretrizes para uma educação própria do estado, de acordo com suas finalidades e preocupações.

Entre os anos de 1985 a 1988, houve em Santa Catarina o estudo e elaboração do chamado “livro verde”¹⁶, contendo propostas diretas das escolas, dos grupos articulados na consolidação de um plano puramente estadual em colaboração das escolas, sociedade e da equipe da secretária de educação do estado.

Já após a aprovação da Constituição Federal de 1988, os estados passaram e ter fundamentadas as propostas curriculares educacionais, mas ainda não se ouvia falar em plano estadual para a educação. Um plano para a educação em Santa Catarina começou a ser articulado, somente após as demandas aprovadas na Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE).

Este plano, porém, diferentemente dos anteriores procura articular as 20 metas do plano nacional em suas 19 metas construídas que, conforme está claro na 8ª audiência pública (SANTA CATARINA, 2013, p.10-15), pretendia-se buscar a universalização da educação em Santa Catarina, reduzindo, ao prazo de cinco anos, o analfabetismo. O PEE-SC conta com uma meta a menos, se comparado às diretrizes do plano nacional, pois uma meta foi reduzida e aglutinada devido se tratar da formação e valorização da carreira e estas, estão habitualmente articuladas.

Outras ações previstas para o novo plano educacional foram aumentar as políticas para uma educação integrada, técnica e integral do jovem, contemplando a população crescente no estado e do país, além de elevar os níveis avaliativos do estado em nível de exemplo nacional.

¹⁶ Em (SANTA CATARINA, ALESC, 2015 p.11): “No Estado, em consequência das mobilizações da sociedade, o Congresso Estadual de Educação realizado no ano de 1984, discutiu e aprovou as diretrizes do Plano de Educação para o Estado. A partir dessas diretrizes, a comissão que tinha a incumbência de redigir o Plano Estadual de Educação – 1985 a 1988 centrou suas discussões na Democratização da Educação e nas formas de fazê-la acontecer. Por resolução do Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina (CEE/SC), o documento intitulado “Democratização da Educação – A Opção dos Catarinenses” passou a ser o Plano Educacional para a gestão 1985 a 1988, conhecido como o “Livro Verde”. Entre os anos de 1987 e 1990, a construção da Proposta Curricular foi uma das metas prioritárias para a materialização do Plano Estadual de Educação”.

2.2. O RELATÓRIO OCDE: UMA ENCOMENDA DO ESTADO PARA A EDUCAÇÃO

As alterações recentes pelas quais o campo educacional vem passando, demonstram que a educação vem a reboque da economia e das demandas dos setores produtivos. Nesse sentido o estado brasileiro tem feito importantes alterações no campo da legislação educacional, convergindo este modelo de educação para a manutenção da oferta de força de trabalho qualificada para os setores produtivistas do capital.

Com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394/96), as considerações dos diplomas legais em relação à educação têm sido elaboradas de acordo com as necessidades de adequação às novas demandas da sociedade, em face ao desenvolvimento das forças produtivas. Também se dedicou espaço às novas compreensões relativas à cultura como espaço diverso, e que tem como desafio a inclusão de segmentos sociais até então negligenciados nas políticas para a educação.

Atualmente, os programas de reformas de governo propostas pela união, com vistas ao acesso e permanência do estudante na escola são diversificados e compõe um dos principais focos das políticas públicas para a educação. Programas como o “[...] Acorda Brasil! Tá na hora da escola!, Aceleração da aprendizagem, Guia do livro didático – 1ª a 4ª séries [...]” são exemplos de programas educacionais que visam assegurar a permanência dos estudantes no interior das escolas (SHIROMA, MORAES, EVANGELISTA, 2011, p. 73-74).

No plano de financiamento direto, por exemplo, o MEC implantou vários programas. É o caso do Programa “[...] Dinheiro Direto na escola, Programa Renda Mínima, Fundo de Fortalecimento das escolas, Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP) [...]” (SHIROMA, MORAES, EVANGELISTA, 2011, p.74), assegurando a manutenção do Estado na formação das forças produtivas na reprodução das relações sociais de produção na manutenção do sistema do Capital e suas relações.

O governo federal, na condição de gestor das políticas de Estado, dedicou especial esforço na implementação de políticas de natureza avaliativa, compondo diversos projetos alinhavados ao crescimento do setor econômico e à valorização do ensino tecnicista e qualificativo para o trabalho. Alguns dos programas implantados pelo governo federal foram a “[...] Implantação do Censo Escolar, criação do Sistema de

Avaliação da Educação Básica (SAEB), do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e do Exame Nacional de Cursos (Provão)”¹⁷.

O estado de Santa Catarina, por sua vez, convergindo nas recomendações do sistema nacional para a educação, assume a perspectiva das regulamentações desses programas, iniciando uma nova relação com o ensino, modificando, alterando e até mesmo reelaborando as demandadas para este campo.

Em conformidade com o estabelecido na LDBEN nº 9.394/96, subscrito no inciso III do Art. 10, onde define ser incumbência dos estados da união, as ações de “elaborar e executar políticas e planos estaduais, em consonância com as diretrizes e os planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos seus municípios;” (BRASIL, LDB, 1996), Santa Catarina tem aprofundado, desde 2003, suas políticas educacionais, convergindo para o desenvolvimento econômico, no sentido de elaborar um novo documento que oriente as suas ações para a área da educação em todos os seus níveis de ensino.

2.3 DEMANDAS PARA UM NOVO PLANO ESTADUAL PARA A EDUCAÇÃO

Ao assumir o governo do estado catarinense em 2003, Luiz Henrique da Silveira teve como prioridade de gestão a descentralização governamental, a reestruturação e redistribuição de funções, que até então eram centralizadas e restritas ao gabinete de governo. A governança do estado tratou também, de implantar políticas regionalizadas, consolidadas nas Secretarias de Desenvolvimento Regional, as chamadas SDR's. Em seu governo, esta proposta desencadeou significativas mudanças nas esferas dos setores econômicos, políticos e sociais, como o desenvolvimento dos setores produtivos em indústrias metal-mecânicas e têxteis e, especialmente, o crescimento do setor das agroindústrias.

Com relação a isso, no âmbito educacional, novas mudanças vieram com o fortalecimento do ensino profissional e técnico, a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM) e a Educação Profissional e Tecnológica de Nível Superior

¹⁷ Id: SHIROMA, Eneida; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. **Política Educacional**. 4 ed, Rio de Janeiro: Lamparina, 2011, p.74.

(EPTNS)¹⁸. Conforme a OCDE, no Brasil o ensino técnico tem sido tratado com consideração e em Santa Catarina tem tido destaque, mas não lidera os estados neste quesito.

Em Santa Catarina, o ensino profissional e tecnológico é oferecido pelas redes federal, estadual, municipal e privada. O relatório da OCDE (2010, p.37-38) indica que no estado, destaca-se o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), que foi criado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Foi com base na descentralização de governo que, em 2009, o então secretário da Educação, Paulo Roberto Bauer apresentou uma proposta de programa para o desenvolvimento do sistema educacional catarinense e, nesta apresentação articulou o crescimento dos setores produtivos com a educação. Bauer propôs um ensino inclusivo para crianças com necessidades especiais na escola normal, atividades extracurriculares opcionais, assim como o fomento ao esporte e aos idiomas.

Sua proposta foi a de um ensino universalizado, que dialoga com todas as esferas produtivas, além de fornecer temas transversais às escolas. No âmbito da inclusão do debate sobre cidadania, sustentabilidade, desenvolvimento regional, Bauer propôs iniciativas e parcerias para diminuir a evasão escolar e aumentar o nível de escolarização e, sobre tudo, a entrada e a conclusão do ensino médio como acesso à educação superior¹⁹. Todas as ações foram pensadas visando o crescimento dos setores produtivos juntamente com a educação.

Para a construção de um novo Plano Estadual de Educação, o então governador Luiz Henrique da Silveira (2003-2006 e 2007-2010) montou, em 2009, uma equipe com 20 educadores avaliadores, os quais fizeram levantamentos de dados de conferências realizadas nas cidades catarinenses nos últimos anos, entre 2009 e 2013, avaliando o desempenho educacional do Estado em comparativo com os Planos Nacionais de Educação (PNE). Estes foram os avaliadores indicados pelo governo para a elaboração do PEE-SC: Eduardo Deschamps, Secretário de Estado da Educação de Santa Catarina,

¹⁸Existem dois níveis de ensino profissional e técnico: o médio e o superior – a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM) e a Educação Profissional e Tecnológica de Nível Superior (EPTNS), respectivamente. Desde 2004/2005, as políticas públicas têm incentivado uma maior integração entre a educação técnica e a educação acadêmica geral no nível pós-médio, nos moldes do que se poderia chamar de “currículo abrangente”. A política atual segue a abordagem da “aprendizagem vitalícia” e, por conseguinte, estimula a permeabilidade e o vínculo entre EPTNMs e EPTNSs. (OCDE, 2010, P.37).

¹⁹ Id. OCDE, **Avaliações de políticas nacionais de educação**: Estado de Santa Catarina Brasil: OCDE, 2010, p.37-38.

Elza Marina da Silva Moretto, Secretária Adjunta de Estado da Educação de Santa Catarina e coordenadora, Édna Corrêa Batistotti e Nadir Peixer da Silva, compondo a secretaria executiva.

Já a equipe de elaboração foram Ana Catarina Pietroski Duarte, Ana Merabe de Souza, Avani Estip Fernandes, Beatriz Clair Andrade, Claudia Elise Mees dos Santos, Darli de Amorim Zunino, Édna Corrêa Batistotti (já compondo a executiva), Edir Seemund, Eliane Dias de Oliveira, Inezita de Fátima Rodrigues Santos, Judite da Silva Mattos, Maria Cristina Pinho dos Reis, Maria das Dores Pereira, Maristeele Barbosa de Oliveira, Nadir Peixer da Silva (compondo a executiva), Ramiro Marinho Costa, Rosimari Koch Martins, Sérgio Otávio Bassetti, Zulmara Luíza Gesser.

Apresentaram-se como colaboradores da elaboração do novo PEE-SC, Dalton Francisco Andrade, Déborah da Conceição Cavalcante, Francisco Alfredo F. Alvarez, Jeovani Schmitt, Pedrinho Luiz Pfeifer, Priscila Mazaro Barbosa, Rita de Cássia Cardoso, Suzy de Castro Alves, além das revisadoras e diagramadoras Célia Brandeburgo Gaio, Maria das Dores Pereira e Maristeele Barbosa Oliveira. Todos os trabalhos foram acompanhados pela Secretaria Estadual de Educação SED-SC.

Cabe destacar que o processo de seleção dos avaliadores não é descrito no PEE-SC e, como parte da pesquisa destaca-se que no âmbito da elaboração de políticas públicas para a educação, é natural a busca por profissionais qualificados na área educacional e profissionais em educação, porém, o que se verifica até aqui é que, a maioria dos avaliadores selecionados não possui formação ou especialização na área da educação e que, tendenciosamente, muitos estão ligados político partidariamente com os projetos do governo.

Eduardo Deschamps, Secretário de Estado da Educação de Santa Catarina (SED-SC) e presidente em exercício do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), foi filiado e ligado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) entre 2009 e 2015 e, posteriormente, ingressou no Partido Social Democrático (PSD), ainda no ano de 2015.

Possui doutorado em Engenharia Elétrica na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e ocupou, recentemente, a cadeira de professor titular da Universidade Regional de Blumenau, a FURB. Deschamps está na SED-SC desde 2011, inicialmente, enquanto secretário-adjunto e, a partir de 2012, assume como titular o qual mantém este cargo atualmente.

Já no segundo mandato do governador Raimundo Colombo, após sua reeleição em 2014, seu nome foi um dos primeiros a ser confirmados para permanecer na equipe de governo. Faz parte ainda do Conselho Estadual de Educação e, recentemente, em maio de 2016, foi nomeado conselheiro do Conselho Nacional de Educação, sendo o representante de Santa Catarina por quatro anos neste órgão. Finalmente, registre-se também ser ele integrante do Conselho Estadual de Educação (CEE).

Elza Marina da Silva Moretto é secretária adjunta da SED-SC, membro suplente do Fórum Nacional de Educação (FNE), além de coordenar os trabalhos do Fórum Estadual de Educação de Santa Catarina (FEE-SC). Possui vínculo institucional com a Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC) na área da Sociologia da educação onde atua por 35 anos, e é também coordenadora do Fórum Estadual de Educação (FEE).

Elza Moretto tem o perfil de quem ocupa cadeiras de cargos de confiança e indicação na área da Educação no estado. Formada em Pedagogia em 1970 pela Universidade de Santa Catarina (UFSC), especializou-se em Metodologia da Pesquisa na FGV, em 1978 e Especialização em Psicologia Educacional pela UFRGS, também em 1978. É filiada ao PSD da cidade de Lages desde o ano 2011, ocupando diversas cadeiras ligadas ou indicadas pelo partido desde então.

Nadir Peixer da Silva é professora e avaliadora educacional, supervisora, indicada pela SED-SC para supervisionar quatro avaliadores educacionais técnicos no trabalho de reelaboração e readequação dos planos municipais na região da grande Florianópolis, sul e no planalto catarinense. Possui graduação em Pedagogia - Orientação Educacional na Fundação Educacional de Santa Catarina- FEESC no ano de 1979. Possui Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) no ano de 2001.

No período de 2012 a 2014, Nadir exerceu a função de assessora pedagógica na Secretaria Adjunta de Educação do Estado de SC, trabalhou como gerente de políticas educacionais na Diretoria de Planejamento.

Atuou também como coordenadora de políticas educacionais na Gerência de Planejamento e avaliadora na Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, além de ser professora da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Sua experiência na área da Educação centra-se nos temas sobre alfabetização, ensino fundamental, letramento, didática, epistemologia, currículo, gestão e avaliação.

Édna Corrêa Batistotti, mestre em Engenharia de Produção na UFSC (1999), Coordenou em Santa Catarina a Rede de Assistência Técnica do Plano Nacional de Educação (PNE) para a elaboração e adequação dos planos municipais de educação, gestando uma rede composta por 19 avaliadores educacionais, indicados pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e pela SED-SC, distribuídos em todo o Estado de Santa Catarina. Édna C. Batistotti possui mestrado em Engenharia de Produção na UFSC (1999). Foi possível perceber que hegemonizam nesse grupo, avaliadores oriundos do interior do Estado.

Maria Cristina Pinho dos Reis é consultora educacional no Estado de Santa Catarina, atuando como coordenadora da formação continuada, progresso funcional e estágio probatório de servidores integrantes do Magistério. Possui graduação em Pedagogia (1996) e mestrado em educação (2009) pela Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - UDESC. Registre-se ainda que também se especializou em Psicopedagogia, em 1999 pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

Maria Das Dores Pereira tem graduação em Letras - Português/Inglês (1982) pela Fundação Educacional do Sul de Santa Catarina - UNISUL e possui Especialização em Metodologia do Ensino (1996) pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

Atuou na Secretaria de Estado da Educação SED-SC como colaboradora na Proposta Curricular de Santa Catarina. Atualmente é supervisora geral da rede de assistência do Estado de Santa Catarina e tem por função o assessoramento técnico à coordenação estadual.

Maristeele Barbosa de Oliveira na ocasião de nossa pesquisa era Assessora de Análise e Estatística na área técnica da Assessoria de Planejamento Educacional/Diretoria de Educação Superior pela Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina - SED-SC e participante da coordenação e sistematização do Plano Estadual de Educação – PEE-SC (2015-2024). Possui graduação em Licenciatura em Matemática (2002) pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

Ramiro Marinho Costa possui um vasto currículo voltado à educação. Graduado em Licenciatura em Filosofia pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM (1991), possui mestrado em Educação (2001) e doutorado em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC (2015), período durante o qual realizou doutorado Sanduiche na Universidad Complutense de Madrid - UCM. Atualmente é

Assistente Técnico Pedagógico da Secretaria de Estado de Educação de Santa Catarina SED-SC.

Na área das pesquisas em educação está vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Ontologia Crítica (GEPOC) na UFSC, e tem experiência nas áreas de teorias e prática pedagógicas, filosofia da educação, educação sexual, políticas educacionais, educação de jovens e adultos e educação profissional, além de desenvolver diversos projetos de educação profissional na educação básica.

Rosimari Koch Martins é graduada em Pedagogia na Fundação Educacional do Sul de Santa Catarina - UNISUL (1983), possui especialização em Metodologia do Ensino (1988) e Mestrado em Serviço Social (2006) pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Sua experiência profissional é na área de educação infantil e educação em direito social.

Sérgio Otávio Bassetti é graduado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC-PR. Possui Especialização em Educação Inclusiva pela Universidade Castelo Branco - UCB-RJ. Atualmente mantém vínculo com a Fundação Catarinense de Educação Especial - FCEE como avaliador educacional técnico, sendo indicado pela secretária do Estado da Educação para acompanhar a elaboração dos planos municipais de educação na região de Florianópolis.

Zulmara Luíza Gesser é formada em Pedagogia na Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC em 1992. Possui Mestrado em Educação pela UFSC (2002). Na ocasião do levantamento da pesquisa, mantinha vínculo como professora na Universidade do Vale do Itajaí.

Gerente do Ensino Fundamental da Secretaria do Estado da Educação de Santa Catarina, Zulmara tem sua experiência profissional voltada para a área da educação participando como colaboradora e organizadora de vários eventos da área.

Apresentados os Coordenadores do processo de elaboração do PEE-SC, compreendemos que conhecer a formação e filiação dos participantes da elaboração do PEE-SC nos ajudou a esclarecer a origem política dos integrantes e seus vínculos formativos. De tal maneira que isso pudesse indicar algumas influências no processo constitutivo para a educação do estado, além de firmar os posicionamentos e indicações políticas que fazem parte dos grupos que decidem a educação em Santa Catarina.

Para isso, foi necessário identificar tanto os avaliadores quanto os colaboradores deste processo, a fim de perceber o cunho político em que está envolto o novo Plano de Educação. Passamos agora a expor os colaboradores.

Dalton Francisco Andrade é graduado em Licenciatura em Matemática (1973) e mestre em Estatística (1977), ambos na Universidade de São Paulo - USP. Doutorou-se em Bioestatística na University of North Carolina System - UNC em 1984.

Profissionalmente, mantém vínculo com a Universidade Federal da Santa Catarina nos departamentos e programas de pós-graduação de Engenharia de Produção e de Informática e Estatística. Na área da educação já possuiu vínculos com a Fundação Para o Desenvolvimento da Educação – FDE e o Ministério da Educação – MEC.

Déborah da Conceição Cavalcante é graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC em 2004, possui Especialização em Educação Montessori e Perspectivas Educacionais Contemporâneas no Centro Universitário Leonardo da Vinci–CULV (2009). Atualmente é discente de Arquivologia na UFSC e atua profissionalmente na Coordenação Estadual do Censo Escolar pela Secretária de Educação do Estado de Santa Catarina.

Como formação complementar, Déborah C. Cavalcante tem experiência nas áreas de Gestão da Informação e Documentação, Capacitação em Gestão Documental para Administração, Lei de Acesso à Informação, Treinamento de Professores no Sistema Montessori além de outros cursos profissionalizantes.

Jeovani Schmitt graduou-se em Matemática - licenciatura plena pela Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB nos anos 2000, possui Especialização em Gestão Escolar (2010) e Mestrado em Ciência da Computação pela UFSC (2005). Atualmente, é doutorando do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, também na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

Profissionalmente atua nos ensinamentos de Matemática e Estatística na educação básica e superior e é professor do Instituto Federal Catarinense - IFC de Blumenau. Possui ainda aperfeiçoamento profissional nas áreas de extensão universitária, curso de aperfeiçoamento de professores, secretaria escolar, gestão de docentes, dentre outros.

Pedrinho Luiz Pfeifer é graduado em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná – UNICS em 2002. Possui especialização em Contabilidade Pública na Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC (2006). Atua na área de Administração com ênfase em Ciências Contábeis. Profissionalmente trabalha em contabilidade pública na Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina - SEF-SC.

Priscila Mazaro Barbosa é Bacharel em Ciências Biológicas pela UFSC, atua nas áreas de ecologia, ecologia de sistemas e atua na área de apoio ao ensino de Ciências na educação pública.

Suzy de Castro Alves é graduada em Pedagogia e possui Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Verificou-se também ter realizado aprofundamento profissional nas áreas de Educação à Distância - EAD em Gestão pública e educação do campo. Atualmente trabalha na Diretoria de Políticas e Planejamento Educacional/Gerência de Políticas e Programas da Educação Profissional na Secretaria da Educação de Santa Catarina.

Sua função na SED-SC concentra-se na Gerência de Educação de Jovens e Adultos, na função de coordenadora do Programa Pro-Jovem Campo Saberes da Terra, que é um programa que atende jovens agricultores de idade entre 18 e 29 anos. Tal programa objetiva a escolarização com qualificação concomitantemente tanto profissional quanto social. Também foi professora da Universidade do Vale do Itajaí nos períodos de 2002 a 2009.

Sobre a avaliadora/membro Darli de Amorim Zunino, foi possível verificar que atualmente a mesma é mestre em Educação pela UFSC e é efetiva na Secretaria Estadual de Educação. Outras informações como vínculo partidário e currículo, não foram encontrados até o momento do fechamento da pesquisa.

Não conseguimos encontrar informações sobre os seguintes membros/avaliadores em questão: Ana Catarina Pietroski Duarte, Ana Merabe de Souza Avani Estip Fernandes, Beatriz Clair Andrade, Claudia Elise Mees dos Santos, Edir Seemund, Eliane Dias de Oliveira, Inezita de Fátima Rodrigues Santos, Judite da Silva Mattos, Francisco Alfredo F. Alvarez e Rita de Cássia Cardoso. Alguns desses nomes não possuem informações referentes a seu currículo, atuação profissional e informações sobre quais partidos os mesmos fazem parte ou fizeram ao longo da trajetória da construção do PEE-SC.

Diante do acolhimento de informações e pesquisa sobre os avaliadores membros que contribuíram na constituição do novo plano educacional do estado, compreende-se que todos os avaliadores possuem ou já possuíram vínculos na área da educação, seja atuante em docência ou com cargos públicos, concursos e indicações. Todos os avaliadores são residentes no estado de Santa Catarina, possuem proximidade com os temas educacionais e com políticas públicas para a educação.

Quanto ao vínculo político-partidário, aponta-se para uma proximidade dos avaliadores/membros com os partidos pertencentes à coligação da chapa eleita, em 2007, no caso a reeleição do então governador do estado Luiz Henrique da Silveira. A perceber que se destacaram os partidos políticos PMDB, PSDB e PSD.

Percebe-se, portanto, que há uma tendência entre os avaliadores e a constituição do cenário político em Santa Catarina, uma vez que, sendo os avaliadores próximos ou pertencentes aos partidos supracitados, corroborou para a implementação de demandas para o novo plano estadual de educação. E que o mesmo, sendo oriundo de políticas educacionais, está em acordo com os ditames das tendências político-partidárias hegemônicas locais.

2.4 O DOCUMENTO PRELIMINAR DO PEE-SC 2015-2024

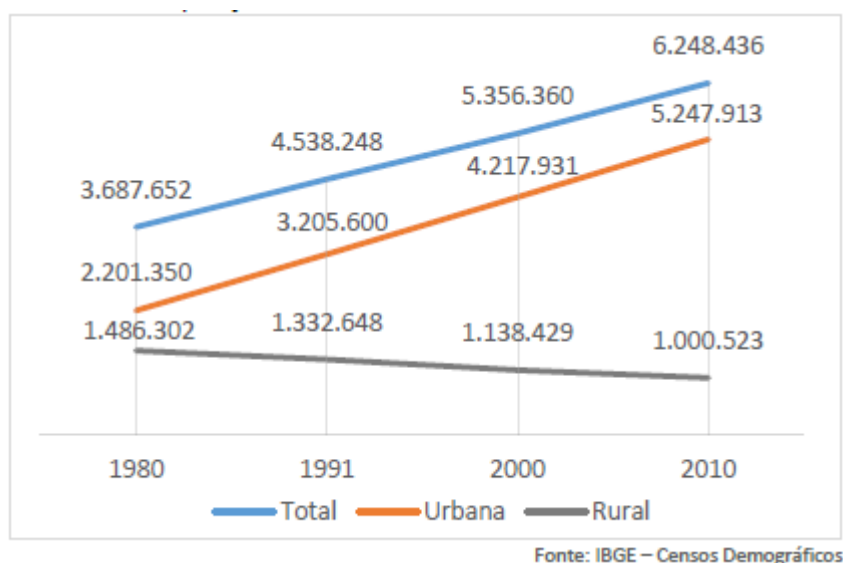
Os resultados dos levantamentos acerca do documento, o porquê de sua constituição, metas a ser alcançadas, metodologias, estão presentes no gráfico número 1 abaixo, extraído do plano estadual de versão preliminar, publicado em 2014.

Para configurar a necessidade de um novo plano estadual de educação, o governo do estado fez levantamentos acerca do crescimento populacional urbano e rural, sobre o nível de alfabetização da população catarinense, o crescimento da entrada de alunos no ensino básico e um levantamento da faixa etária que se apresenta como a mais crescente no estado nos últimos anos.

Percebemos que houve em Santa Catarina, nos últimos 10 anos, um crescimento da população urbana gradativa e uma diminuição rural catarinense significativa, o que, conforme o documento preliminar aponta para uma entrada maior de crianças e jovens no ensino básico.

Veja abaixo o gráfico 1:

Gráfico 1. População residente em Santa Catarina – 1980 a 2010



Fonte: Plano Estadual de Educação – Versão Preliminar, 2014, p.17.

Porém, o crescimento populacional não ocorreu conforme a faixa etária, como demonstra na tabela número 1. A população urbana catarinense entre os anos 1980-2010 aumentou significativamente de 2.301.350 em 1980 para 5.247.913 em 2010 em relação à população rural, que no mesmo período apresentava dados de 1.486.302²⁰ no início dos anos 1980 para 1.000.523 no início da segunda década dos anos 2000. Veja a tabela abaixo:

Tabela 1: Comparativo da população catarinense em faixa etária entre 2000 e 2010.

Ano	0 a 3 anos	4 a 5 anos	6 a 10 anos	11 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 59 anos	60 a 79 anos	80 anos ou mais
2000	377.471	202.008	508.202	421.802	319.694	694.728	441.236	1.960.786	383.878	46.555
2010	320.798	171.004	454.406	416.105	326.188	784.656	566.483	2.551.883	576.176	80.737
Variação (%) 2010/2000	-15,01	-15,35	-10,59	-1,35	2,03	12,94	28,39	30,15	50,09	73,42

Fonte: IBGE – Censos Demográficos

Fonte: Plano Estadual de Educação – Versão Preliminar, 2014, p.17.

²⁰ Para maiores detalhes vide: Plano Estadual de Educação Santa Catarina 2015-2024 versão preliminar, 2014.

Conforme os dados presentes no plano estadual (2010, p.17-18), houve aumento na população catarinense de 26,4% da população 18 a 59 anos nos períodos entre 2000 e 2010, juntamente com um crescimento de 52,62% da população idosa, de 60 anos ou mais, no mesmo período. Contudo, houve um decréscimo de 7,7% na população entre 0 e 17 anos de idade²¹.

Caso os dados se confirmem no planejamento das gerações futuras, e bem como almeja o governo do Estado, fortes impactos ocorrerão na estruturação das demandas e ofertas de serviços que o Estado disponibiliza a população catarinense.

Como resolução para essas demandas, o governo avaliou a “[...] necessidade de ampliação de postos de trabalho em ritmo suficiente para incorporar e qualificar, além dos desempregados, os novos ingressantes no mercado de trabalho, especialmente os jovens”. (PEE, 2013, apud SANTA CATARINA, 2013^a, p.19). Destaca-se a articulação da educação catarinense ao fomento do desenvolvimento econômico através do incentivo ao ensino técnico, ofertado principalmente aos jovens entre 15 e 17 anos, como é o caso do programa Menor Aprendiz, que insere estudantes na lógica do trabalho já desde dentro da escola, em articulação com o espaço da empresa.

2.5 UMA NOVA PEDAGOGIA PARA A HEGEMONIA

Sobre as políticas para a Educação implantadas nas últimas décadas, cabe destacar que as transformações políticas sociais se deram mediante as transformações da nova pedagogia da hegemonia do Capital. Esse modelo educativo se propõe a inserir a educação nos meandros do acelerado crescimento do capital financeiro, através da ideologia burguesa instaurada ao longo dos anos 1980, entrando nos anos 1990 com o chamado Projeto da Terceira Via. Martins & Souza Lima (2005, apud NEVES, p.49) apresentam a Terceira Via como pressuposto da “coesão social”, tendo como principal foco, os problemas sociais gerados pelo neoliberalismo. No entanto, para os autores, esse projeto não se preocupa com os efeitos negativos que se abateram sobre os trabalhadores ao longo dos anos 1990, mas sim, com o grau de instabilidade político-social que abalavam os países ocidentais neste mesmo período que, mesmo levantando

²¹ Esta mudança no perfil demográfico do Estado pode ser explicada pela queda da natalidade e fecundidade, pelo aumento da expectativa de vida e conforme os índices de fluxos migratórios para a região.

críticas ao neoliberalismo, possuía uma postura de defesa idealizada pelo e para o capitalismo.

A Terceira Via é um projeto que procura manter as relações sociais vigentes do capitalismo. Ela traz em sua construção teórica, a necessidade de se criar outra ideologia que tenha um modelo dialógico e reflexivo em um processo de globalização intensificadora, em que os indivíduos passariam a assumir valores e hábitos universais. Essa concepção nega a hierarquização planetária que centraliza a riqueza e amplia a desigualdade no cenário da mundialização financeira. Com isso, há uma ideia de “aldeia global”, onde todos tem acesso a todas as mercadorias, incluindo a informação, em tempo real (NEVES, 2005. p.59).

O argumento que exerce a Terceira Via e a política do neoliberalismo, é de a eliminação de políticas estatais que imobilize os indivíduos, que gere obstáculos à expansão do mercado e que dificulte o pacto entre capital e trabalho. Com isso, visa impulsionar a economia do capitalismo através da parceria entre o público e o privado. Isso tudo, mediante a criação de novos sujeitos políticos coletivos, que assumam as responsabilidades restritas ao Estado, como no caso da integração dos ensinos técnicos básicos e o ensino curricular normal nas escolas.

2.6 O RELATÓRIO DA OCDE PARA A EDUCAÇÃO

Durante o processo de consolidação de propostas e demandas para gerir o novo plano educacional, os avaliadores realizaram diversas conferências e encontros, a fim de buscar fundamentação para que uma nova política educacional, concretizada no PEE-SC com ações que contribuam tanto nos novos dizeres sobre educação a nível nacional, bem como as novas demandas políticas e econômicas que visam o desenvolvimento de Santa Catarina.

É, portanto, válido ressaltar que os avaliadores tiveram um documento central ao qual se embasaram para a construção desse plano de educação. Este documento, como já mencionado, trata-se de uma encomenda do governo catarinense para avaliar o desempenho do estado na aplicação de políticas educacionais e fazer indicações onde Santa Catarina pode fazer alterações ou investimentos na área da educação. A partir deste documento, os avaliadores realizaram um levantamento para compor o novo plano de educação catarinense.

O resultado final desse levantamento está expresso no relatório encomendado à Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômicos, a OCDE, em 2009 pelo governo de Luiz Henrique da Silveira, e concluído em 2010. São apontados no relatório, deficiências nos financiamentos do sistema de ensino, apontando medidas adotadas no estado para gerir a educação nos anos 2000.

Porém, sem alguma crítica ou elaboração de políticas, o relatório consiste em analisar os investimentos na educação e sugere mudanças e medidas para sanar o problema no financiamento público que Santa Catarina tem adotado para o sistema educacional. No entanto, tal documento, que expressa imensa importância para os rumos do sistema educacional em Santa Catarina, não tem sido questionado ou debatido no âmbito do espaço escolar como efetiva e necessária participação das instituições de ensino. Cabe aqui, portanto, um resgate histórico da construção de tal documento, o que faremos a seguir.

Os anos de 1990 foram para o Brasil, significativos para a implantação de políticas voltadas para o campo educacional que convergiam com o crescimento econômico do país. Para as autoras Shiroma, Moraes e Evangelista (2011, SHIROMA, MORAES, EVANGELISTA, 2011. p.73), “uma política educacional é mais abrangente do que a legislação proposta para organizar a área [...]”, pois, o governo federal tem investido em programas, financiamentos e ações que favorecem o sistema educacional e favorecem a política de reformas educativas.

Para tanto, o estado priorizou políticas de permanência dos alunos dentro do espaço escolar. Dentre as diversas reformas no campo de financiamentos públicos, citam-se imensos programas voltados à educação, como os exemplos dos programas Acorda Brasil! Tá na hora da escola!, Aceleração da Aprendizagem, Guia do livro didático – 1ª a 4ª séries. Mas o maior investimento em Educação pelo Estado para assegurar a permanência dos alunos, foi o Programa Bolsa-Escola, considerado pelo Ministério da Educação – MEC, como o principal mantenedor do nível de frequência e permanência dos contemplados na instituição escolar. De acordo com Shiroma (SHIROMA, p.73-74), “O governo também dedicou prioridade a intervenções de natureza avaliativa, como é o caso da implantação do Censo Escolar, do Sistema de Avaliação Básica (SAEB), do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e do Exame Nacional de Cursos (Provão)”.

Essas transformações no campo educacional levaram o Brasil a elaborar políticas públicas para a educação que, ao mesmo tempo em que elevavam os índices

educacionais na escola, a partir do controle de acesso e permanência dos estudantes na instituição escolar, também contribuíram para a formação do perfil da sociedade brasileira na economia. Ou seja, as políticas educacionais dos anos 1990 convergiram para o crescimento econômico e o interesse de empresas privadas em gestar o sistema educacional básico.

Ainda nas definições das reformas educacionais e na tentativa de aperfeiçoar o espaço escolar, o governo flexibilizou as normas para o nível de ensino ofertado no ensino médio. As medidas tomadas previram a separação entre ensino médio e ensino técnico, sendo que sua separação formal se deu em 17 de Abril de 1997, através do Decreto nº 2.208, onde para cada nível elaborou-se um currículo específico, sendo regidos pelo princípio da flexibilidade. Este mesmo decreto foi revogado pelo Decreto nº 5154, de 23 de julho de 2004 onde se torna ainda mais claro a funcionalidade do ensino médio técnico na educação básica em seu artigo primeiro, inciso um²².

O objetivo de tal separação, nas palavras de Eneida Oto Shiroma, Maria C. M. de Moraes e Olinda Evangelista (2011), foi criar um conjunto modular cujo intento “é o de oferecer maiores oportunidades de entrada e saída do sistema, tendo em vista a empregabilidade dos alunos”. (SHIROMA, MORAES, EVANGELISTA, 2011, p.76-77).

As reformas educacionais no ensino básico oportunizaram a participação de empresas na gestão dos recursos públicos destinados à educação brasileira, como o aumento de políticas efetivas no Ensino Superior no final dos anos 1990, enfatizando seus interesses na condução dos níveis formativos configurados como pós-médio. Esse novo nível de formação, de acordo com Kuenzer (apud SHIROMA, MORAES, EVANGELISTA, 2011. p.77) “configura-se como uma estratégia de contenção da demanda ao superior, [...]” e tende a “[...] só financiar com recursos públicos o que oferecer retorno”.

Fazer um levantamento histórico dos conceitos abordados pelos teóricos da educação, como o conceito de políticas públicas e o conceito de escola nos anos 2000, é

²² Conforme Decreto nº 5.154 de 23 de Julho de 2004 (BRASIL, MEC, 2004) “Art. 1º A educação profissional, prevista no art. 39 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), observadas as diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação, será desenvolvida por meio de cursos e programas de:

I - formação inicial e continuada de trabalhadores;

II - educação profissional técnica de nível médio; e

III - educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação

necessário para compreender as ações tomadas pelo governo de Santa Catarina na elaboração e encomenda do relatório da OCDE sobre os caminhos da educação no estado. Esses conceitos fornecem condições de análise e reflexões sobre qual o olhar e perspectiva que o Governo de Santa Catarina tem empregado no campo educacional.

Para tal análise, utilizamos as análises e os aportes teóricos das intelectuais da educação, Eneida Oto Shiroma, Maria Célia M. Moraes e Olinda Evangelista no livro *Política Educacional* (2011), que possuem estudos com foco nas políticas públicas e educacionais ao longo dos anos 1990 e na primeira década do milênio em curso.

As autoras abordam, nessa obra, ressignificações e recomendações elaboradas por organizações que assumem a educação como centro estratégico na manutenção hegemônica do capital e, conseqüentemente, na economia mundial. As autoras destacam ainda, como as reformas no campo de disputa educacional tornaram-se consenso devido ao exercício linguístico que foi empregado nos últimos anos, transformando e ressignificando conceitos como políticas públicas.

Desde uma perspectiva teórica marxista, as autoras conceituam o papel do Estado nas diferentes concepções sobre a educação e seu vínculo com o Estado. Para elas, o conceito de política encadeou-se ao poder do estado, ou da sociedade política, atuando, ordenando e planejando as demandas da sociedade civil. Para isso, afirmam as autoras, necessita-se verificar para que serve o Estado e qual é seu papel no desenvolvimento da sociedade.

Foi ainda observado que na referida obra as autoras debruçam-se na visão de Hegel para definir Estado. “[...] o Estado é compreendido como o fundamento da sociedade civil e da família [...]”, deixando de ser uma modelo ideal para ser “[...] uma realidade da ideia ética, o racional em si para si”. Há ainda, as definições em Karl Marx que, em seu livro mais célebre, *O Capital*, Estado, conceitualmente, é dado como “[...] violência concentrada e organizada da sociedade [...]”, evidenciando, na perspectiva do livro, a relação entre sociedade civil e estado, como pilar da construção social e individual (SHIROMA, MORAES, EVANGELISTA, 2011. p.8).

O papel do Estado, nas contradições vindas das disputas pelo controle do próprio Estado incidem sobre as ações do governo no sentido de elaborar políticas para “[...] superar contradições que são constitutivas da sociedade - e dele próprio[...]”²³.

²³ Id. SHIROMA, Eneida; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. *Política Educacional*. 4 ed, Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

Essas medidas levam à necessidade de se criar políticas públicas que engendram as ações do Estado. Em conformidade com tais considerações, uma premissa para a função das políticas públicas é o foco no desenvolvimento das políticas voltadas para a educação. Dessa forma, as políticas educacionais demandam construções de significados e funções pelo Estado, que atinjam o consenso social, e não menos importante, o papel social de escola em ampliar essas políticas.

Desse modo, é notória a ênfase dada pelos avaliadores da OCDE em apresentarem recomendarem para setores pontuais e estratégicos da educação catarinense, e alguns que invocam, especialmente, o vínculo do setor produtivo com a esfera da educação formal, o que pode ser visto no texto do próprio relatório da OCDE (2010), quanto aos diversos setores que receberam recomendações:

- O financiamento da educação pública;
- Governança: gestão do sistema e da qualidade;
- Acesso, equidade e educação especial;
- Currículo e livros didáticos da educação infantil e dos ensinos Fundamental e médio;
- A avaliação dos alunos;
- A educação profissional e tecnológica;
- A carreira docente e a formação de professores;
- A educação superior;
- Pesquisa, desenvolvimento e inovação.

(OCDE, 2010, p.41).

Notadamente, é necessário destacar no texto do relatório, a recorrência aos termos “mercado de trabalho” e “capital humano” aparecendo, ao longo do texto, 38 vezes, o primeiro, e 12 vezes, o segundo. Finalmente, é emblemático do teor do Relatório (p. 355) destacar-se a força com que dele emana o entrelaçamento entre estes dois termos

Entre os fatores que dificultam o crescimento econômico do Estado estão a infraestrutura física deficitária, a **carência de capacidades humanas para as necessidades do mercado** e seus novos desafios, bem como a tradicional falta de investimento adequado em pesquisa, desenvolvimento e inovação (PDI). Ao examinar todo o espectro da educação e da pesquisa, da educação infantil até a educação superior, e a aprendizagem duradoura, esta avaliação procura, com suas análises e recomendações, ajudar as autoridades catarinenses a conceber e implementar **políticas educacionais para aprimorar o capital humano** e atender as necessidades de pesquisa e inovação. (OCDE, 2010, p.355, grifos meus).

Se desde o início desse trabalho registramos que buscaríamos entender a perspectiva posta pelo Estado quanto à função da escola, entendemos que a citação acima não deixa dúvidas quanto ao posicionamento dos avaliadores da OCDE quanto a isso. O mercado aparece incontestavelmente como elemento central e norteador para a elaboração de políticas públicas destinadas à organização dos projetos educacionais no Estado. E desde aí, a teoria do Capital Humano desenvolvida sob o prisma do mercado como algo dado, se apresenta como o eixo em torno do qual as instituições escolares devem articular seus currículos, rumo a uma conformação da comunidade escolar a essa doutrina como horizonte das práticas educativas.

3. CAPITULO III – O PROCESSO DE APROVAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO SANTA CATARINA

3.1 AS ATAS DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E OS DEBATES PARA A APROVAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Neste capítulo apresentamos alguns documentos que conseguimos localizar, e que foram usados para a elaboração do PEE-SC. São resultantes de debates, como conferências, audiências públicas e documentos nacionais que serviram de base para Santa Catarina estabelecer suas políticas de educação, em conformidade com as diretrizes nacionais, com o intuito de criar um sistema nacional de educação. Com objetivos de articular estados, municípios e o país na perspectiva de mudanças no financiamento, investimento, métodos e metodologias e sua proximidade com o ensino público integral, articulado com as noções de desenvolvimento, ensino técnico e efetivação da permanência do estudante na escola, desenvolvendo seu papel na sociedade do trabalho, como é o caso de Santa Catarina. As atas analisadas serviram de parâmetro para identificar as tendências na constituição desse plano.

A dificuldade de analisar os materiais que antecederam e deram origem ao PEE-SC tornou-se mais evidente na reta final da pesquisa. Isso se deu devido a diversas alterações e dificuldades em encontrar os materiais disponíveis sobre o documento. Porém, ao analisar atas, jornais, sites oficiais e conferências, averiguou-se que o próprio documento do PEE-SC teve alterações em seu percurso até a publicação do mesmo.

Em análise feita sobre a audiência pública realizada nas dependências do Tribunal de Justiça, no dia 21 de Agosto de 2015, ocasião na qual se discutiu os parâmetros para a finalização e aprovação do PEE, encontramos diversas falas de deputados e deputadas, secretários e secretárias, além de autoridades locais, regionais e municipais. Foi quase consensual que o plano educacional é um anseio da população catarinense há muitos anos e que este é um documento norteador de diversas políticas educacionais, abrindo caminho, portanto, para uma nova política de estado com diretrizes, normas e metas para uma educação qualificada e de qualidade. Destaque-se ainda das falas que esse Plano viria no sentido de priorizar a melhoria de vida dos catarinenses, elevando o nível de alfabetização do Estado, e convergindo para alavancar seu crescimento econômico e social.

Conforme aponta o documento do plano educacional (SANTA CATARINA/ALESC, 2015), todas as notas inseridas no plano estão alinhadas com o Plano Nacional de Educação (PNE) e nesse sentido, direcionadas para um sistema nacional de educação pautado para todos, afirmava, na ocasião, Edna Correa Batistotti em sua fala na página 7 da ata da audiência.

A avaliadora destaca ainda que houve na comissão de avaliação dois princípios norteadores: o de que o plano além de estar alinhado ao sistema nacional trata-se, também, de um sistema pautado para todos, envolvendo o Estado Brasil, o Estado de Santa Catarina e cada um dos municípios envolvidos. Outro princípio é o de que o plano fora redigido de forma conjunta, articulando as três esferas nacional, estadual e municipal.

Conforme Batistotti “o Conselho Estadual fez, por sua vez, toda uma análise política também, pedagógica, mas legal. Onde mais poderíamos nos reportar para falarmos de educação, a não ser com o Conselho Estadual de Educação?” (SANTA CATARINA/ALESC, 2015, p.7-8). Batistotti esclarece aí, que a comissão do Conselho Estadual de Educação (CEE-SC) fez uma dura análise avaliativa sobre as conferências e as 19 metas do documento base para a elaboração do PEE. Com efeito, o que se discutiu nesta audiência pública foi a caracterização desse plano educacional como um plano de Estado e não um plano de governo (SANTA CATARINA/ALESC, 2015).

A abordagem de um plano plurianual fora questionado e criticado pela maioria dos participantes da audiência pública. Para Batistotti, esta forma de Plano foi devido a decretos nas últimas décadas, anterior ao anseio de o estado debater em conjunto com a união uma lei que assegure a educação nos estados federados e municípios em pleno acordo com os parâmetros nacionais curriculares.

Dessa forma, em 2009, a partir das Conferências Nacionais de Educação, as CONAE's, e as conferências estaduais e municipais, a secretaria de educação catarinense parte em busca de um plano que seja um documento norteador das normas educacionais do Estado, pois, considera-se que este documento é “[...] norteador de qualquer política, ele [*o plano estadual de educação*] é que dá os caminhos e dá a retórica de todo esse trabalho que é a educação de um Estado”²⁴, afirma Edna Correa Batistotti em sua fala na audiência.

²⁴ Id. SANTA CATARINA/ALESC, 2015, p.7-8. Grifos do texto.

Nesta perspectiva, o Brasil já vinha propondo políticas educacionais para que seus jovens estejam ‘entrando’ nas demandas da sociedade, nacional e estadual, ofertando uma educação pautada no desenvolvimento econômico e social, educando para a manutenção da sociedade em vigência, ficando na formação para o trabalho produtivo.

Conforme relatoria da 1ª ata de audiência pública (SANTA CATARINA/ALESC, 2013, p.11), a ocorrência da mudança de plano plurianual para plano decenal se dá mediante a necessidade do governo de Santa Catarina assumir o protagonismo na oferta e acompanhamento da educação. Saliente-se ainda a preocupação dos proponentes com uma política de estado que valoriza a educação e que forneça caminhos para a continuidade da educação, para a projeção de futuro no que se concerne como sendo, o próprio desenho da sociedade.

O atual plano estadual de educação construído ao longo dos dois últimos governos do estado catarinense, iniciando-se com o governador Luiz Henrique da Silveira, ainda em 2009, e encerrando-se no governo de Raimundo Colombo em 2015. Tal processo de construção, abordado nesta audiência pública, no ano de 2013, enfatizou que foram mais de duas gestões de governo para trabalhar no plano, o que indica uma continuidade nas articulações políticas entre os governos de LHS e Raimundo Colombo.

Ao examinar a ata dessa audiência, torna-se visível, na fala dos presentes, a necessidade de articulação entre o Sistema Nacional de Educação (SNE), o Sistema Estadual de Educação e os Sistemas Municipais para uma educação de consenso, conforme define Lúcia Maria Wanderley Neves em A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso publicado em 2005.

3.2 A CONSTRUÇÃO DO PEE-SC: DOCUMENTOS E REFERÊNCIAS

O Estado de Santa Catarina, já em 2009, marco de organização de políticas públicas para a formulação do plano estadual, vinha desempenhando significativo papel nas mudanças na educação. De acordo com o PNE 2011-2020, ainda no final de 2008, a secretaria de educação do estado organizou comissões em todas as regiões das Secretarias do Estado de Desenvolvimento Regional (SDRs) com a finalidade de debater nos municípios apontamentos e diretrizes para a consolidação de um sistema unificado, articulando municípios, o estado e a nação nos rumos de novas estratégias e

ações para os próximos 20 anos. Ou seja, com o apoio do Ministério da Educação (MEC) na organização dessas CONAE's, os estados federativos debateram e organizaram internamente as diretrizes educacionais indicando futuras modificações no investimento, orçamento, financiamento, valorização da carreira, currículo, dentre outros diversos fatores, finalizando com a implementação do PEE-SC 2015-2024, sob a Lei Nº 16.794, de 14 de dezembro de 2015.

Um pouco antes, em 2008, com a publicação da Portaria Ministerial nº 10, que institui a Comissão Nacional Organizadora da CONAE, que é um espaço para a construção de diretrizes, marcos regulatórios da política nacional de educação e que tem por objetivos a inclusão, diversidade e igualdade, conforme aponta Francisco das Chagas Fernandes, coordenador da comissão organizadora nacional da CONAE de 2010, iniciou-se as primeiras conferências para efetivar o chamado sistema articulado de educação entre os entes federados e a nação.

A I CONAE (2009/2010) efetivou esse Sistema Articulado de Educação, institucionalizou o Fórum Nacional de Educação (FNE), por meio da Portaria do MEC de Nº 1407 de 14 de dezembro de 2010, depois alterado pela Portaria nº. 502/12 e o estabeleceu como órgão responsável pela CONAE, além de indicar diretrizes e estratégias de ações para o novo PNE. Nesta primeira CONAE, foram definidas diretrizes para qualificar e avaliar o processo de ensino e aprendizagem da rede pública e assim como ficou acordado a articulação entre municípios, estados membros e a União.

Já a II CONAE (2013-2014), estabelecida na Portaria n.º 1.410 de 03 de dezembro de 2012, destacou o caráter colaborativo e cooperativo de um Sistema Nacional de Educação, tendo como tema central “[...] O PNE na Articulação do Sistema Nacional de Educação: Participação Popular, Cooperação Federativa e Regime de Colaboração” (BRASIL, CONAE, 2014, p.11).

Esta construção de um conjunto de propostas para subsidiar a implementação do PNE está disposta no objetivo geral dessa conferência, que trata de “[...] propor a Política Nacional de Educação, indicando responsabilidades, corresponsabilidades, atribuições concorrentes, complementares e colaborativas entre os entes federados e os sistemas de ensino”, apontando para um Sistema Nacional de Educação. Em suas especificidades, o FNE estabeleceu como objetivos para a II CONAE:

1) “[...]acompanhar e avaliar as deliberações da Conferência Nacional de Educação/2010[...]” 2) “Avaliar a tramitação e a implementação do PNE na articulação

do Sistema Nacional de Educação (SNE) e no desenvolvimento das políticas públicas educacionais” (BRASIL, CONAE, 2014, p.11-12).

É preciso então, destacar alguns de seus eixos, essenciais para a constituição do Plano Estadual de Educação de Santa Catarina, engendrado a partir das diretrizes desta última conferência. Destacam-se os eixos III, IV e V, onde aborda a função e gestão da educação e os eixos VI e VII, que tratam dos recursos, financiamentos e valorização da educação²⁵.

Estes eixos identificam as indicações do governo federal para uma política nacional de educação, integrando todos os níveis da educação, permitindo a construção de um sistema nacional de educação, principalmente o que estabelecem os eixos III, IV e V onde se destacam a valorização da qualidade da educação, a democratização, a permanência e o acesso dos estudantes (BRASIL, CONAE, 2014, p.51), e o trabalho e o desenvolvimento sustentável (BRASIL, CONAE, 2014, p.39).

Estes três eixos centrais detalham as formas de avaliação e as condições de participação e aprendizagem, articulados à gestão democrática, à participação e o controle social (BRASIL, CONAE, 2014, p.67) dos gestores da educação²⁶. Já os eixos VI e VII destacam a valorização dos profissionais da educação e o financiamento destinado pelo estado à educação (BRASIL, CONAE, 2014 p.73 e p.83).

Esses elementos compõem a gama de metas para a educação catarinense e são apresentados no novo PEE-SC, o qual define que o plano “[...], em construção, tem suas metas e estratégias alinhadas ao Plano Nacional de Educação, e [...] propõe consolidar o Sistema Estadual de Educação de Santa Catarina” (SANTA CATARINA, PEE-SC, 2015, p.6). A partir dessa prerrogativa, o estado de Santa Catarina firma sua política de estado para a educação com o compromisso de, seguindo as indicações da fundamentação legal e histórico do PEE-SC, promover “[...] mudanças nas políticas educacionais, geradoras de avanços no processo educacional, e em consequência, na qualidade de vida da sociedade catarinense”²⁷.

²⁵ Ler no documento referência da conferência. CONAE, 2014:Conferência Nacional de Educação: documento – referência / [elaborado pelo] Fórum Nacional de Educação. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria executiva Adjunta, 2013.

²⁶ Ver em: CONAE 2014 : Conferência Nacional de Educação : documento – referência / [elaborado pelo] Fórum Nacional de Educação. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria Executiva Adjunta, [2013]. 96 p. : il.

²⁷ Id. (SANTA CATARINA, PEE-SC, 2015, p.6).

3.4 AS CONFERÊNCIAS PREPARATÓRIAS E LIVRES NA CONSTRUÇÃO DO PEE

Durante todo o processo, o Plano Estadual teve suas diretrizes acordadas previamente e consoantes com as conferências nacionais, assim como em cada SDR, os municípios participaram do debate e construção das políticas que nortearam o referido plano. Esta construção de debates e análises é componente dos resultados retirados da II CONAE e também das diretrizes nacionais dispostas no Fórum Nacional de Educação (FNE) que estabelece a função das conferências preparatórias livres.

Essas Conferências Preparatórias Livres, iniciadas e finalizadas em 2013, foram tanto virtuais como presenciais, articulando todas as regiões do país em suas estâncias educacionais. Tiveram como finalidade o debate e a construção dos planos municipais e estaduais, consolidando a política nacional de um sistema educacional articulado.

Para o FNE, essas conferências livres “[...] são espaços de encontros virtuais ou presenciais de formação, comunicação e mobilização social [...]”, que tem como objetivo, a construção da “Política Nacional de Educação no contexto da II CONAE” (BRASIL, FNE, p.8).

No âmbito das conferências, todas as pessoas podiam participar, mesmo não sendo delegadas, no debate educacional. Isso se deu para que o objetivo principal fosse alcançado, o da construção de uma política nacional. Tais análises serviram para “influenciar as deliberações das conferências em suas etapas municipal, estadual/distrital e nacional”, destaca o documento, apontando diversos objetivos a partir deste central. Dentre os objetivos para as conferências livres destacam

[...] Contribuir para participação qualificada dos delegados nas diversas etapas da II CONAE: municipal e ou intermunicipal, estadual, distrital e nacional de educação; Permitir a interação dos delegados com o conjunto de cidadãos Brasileiros interessados em se manifestar e debater os temas da II CONAE num ambiente online e integrado com as redes sociais; Estimular a inclusão e participação de comunidades, coletivos digitais e movimentos articulados por internet ao debate do Documento-Referência especialmente aos conteúdos que tenham relação com a temática das novas tecnologias; [...] Fornecer subsídios para os debates nas etapas ordinárias da II CONAE, a partir da sistematização dos principais temas e propostas sobre a política nacional de educação debatido nas Conferências Preparatórias e Livres presenciais e digitais, realizadas ou articuladas em redes sociais. (BRASIL, FNE, 2013, p.8-9).

Retira-se deste documento, portanto, que as conferências preparatórias e livres, deveriam ser tanto presenciais como online, abrangendo um número grande de acesso e participantes. No entanto, os participantes e atuantes deste processo não estão em destaque no documento que norteou as políticas preparatórias para o PEE-SC. Como sua abrangência não teve limites, por ser virtual, pode-se dizer que tanto escolas, bairros, comunidades, conselhos e outros órgãos dependentes e não dependentes do Estado participaram desta construção. Porém, pergunta-se, quais são, portanto, os limites e critérios para a consolidação de uma política educacional que tem muita abrangência e pouca discussão sobre a realidade de cada região ou estado federado?

O que pudemos conseguir de informações são indicações da “plataforma/ambiente de suporte a estratégias de comunicação e mobilização”, criados e organizados pelo Fórum Nacional de Educação, o FNE, inseridos no site (redesocialconae.mec.gov.br). Tal site serviu como suporte para as secretarias municipais e estaduais de educação, juntamente com o Distrito Federal estabelecer suas conferências livres e divulgar suas atividades.

Nas palavras do documento da FNE, “[...] as conferências preparatórias e livres não deliberarão sobre emendas ao Documento-Referência e não indicarão delegados às conferências municipais, estaduais, distrital e nacional”. Para tanto, suas considerações foram destinadas às contribuições que podem ser acessadas no site do Fórum Nacional de Educação, e serviram para qualificar o debate da II CONAE (BRASIL, FNE, 2013).

Finalmente, destacamos que o que se perdeu ou tornou-se de difícil acesso, após a realização dessas conferências livres, foram suas atas que, por seu caráter virtual, dissiparam-se com o decorrer das discussões, já que tais conferências livres datam do ano de 2013 e a construção do PEE-SC, data como finalização o ano de 2015.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta monografia, que se tratou de uma análise do Plano Estadual de Educação catarinense, procurou identificar o papel do Estado na formação de força de trabalho para a manutenção das relações capitalistas de produção e a função social da escola nesse cenário e teve como desafio a busca por uma documentação que desse aporte para a compreensão das diretrizes, estratégias e metas alinhadas com o PNE. Buscou-se ainda uma contextualização histórica no âmbito da emergência do PEE e em que estágio de aplicação encontra-se o referido plano.

Ao iniciar o trabalho de pesquisa sobre tema, levantamento de dados, documentos e suporte teórico para a produção da referida monografia, percebeu-se, ao longo do processo de separação e identificação de fontes, que até o presente momento, não havia produções intelectuais acadêmicas sobre este importante documento para a educação catarinense.

Identificou-se ainda, que durante os períodos de 2009 a 2013, apenas falava-se de uma nova diretriz para a educação catarinense através de fontes não oficiais do estado, como é o caso das mídias jornalísticas, impressas, televisivas e online, mas que em nenhum das menções encontradas, falava-se de um plano educacional, pautado em recomendações ou em assembleias próprias para este fim.

Tivemos, durante o percurso de pesquisa, dificuldades em encontrar documentos e fontes que falam sobre a constituição desse novo Plano. Por ser um documento importante para o estado de Santa Catarina, as primeiras aproximações com o tema vieram a partir de levantamentos de documentos disponibilizados via site da Secretaria Estadual de Educação e também da Assembleia Legislativa do Estado. Porém, mediante dificuldades de acesso a outros documentos educacionais, partimos em busca de fontes relatam a aproximação do estado, em conformidade com as diretrizes nacionais, que apontavam, na época do início da pesquisa, para modificações nas leis educacionais.

Ao ter acesso a um documento, que até então se tratava apenas de recomendações para Santa Catarina, em comparação a outros estados da nação, descobriu-se que, este mesmo documento, intitulado Avaliações de Políticas Nacionais de Educação: estado de Santa Catarina, Brasil, realizada pela Organização Para a Cooperação e Desenvolvimento Econômicos – OCDE, percebemos que o mesmo além

de fazer recomendações, teve como objetivo indicar as ações para que o estado possa investir no âmbito educacional.

Ao analisar o documento, identificamos que o mesmo afirma que Santa Catarina foi o estado que mais investiu na área de educação no Brasil, acima da média estabelecida pela união. Conforme a OCDE “Santa Catarina alocou 19.3% de suas receitas aos serviços de educação [...]”. É importante lembrar que neste mesmo, de 2009, o estado destinou para o setor da educação “[...] 29.5% de sua receita fiscal à Educação [...]”, totalizando “[...] 4.5% acima da percentagem mínima que cada Estado da Federação deve reservar para a Educação” (OCDE, 2010, p.15).

Contudo, as análises da OCDE foi de que o estado catarinense, apesar de investir muito bem na educação, não soube gerenciar e distribuir tais recursos. Com isso, partiu-se para a pesquisa constituinte desta monografia, perceber o quanto desse relatório está presente no Plano Estadual de Educação e o que mesmo aponta para a educação.

O intuito dessa encomenda para avaliar o desempenho da educação, fez com que o governo do estado assumisse, juntamente com suas propostas e tendências políticas, um novo cenário e uma nova demanda para a educação catarinense, o de alavancar e desenvolver o setor econômico ao mesmo tempo em que se pensava a expansão e descentralização de governo.

O PEE, articulado com o PNE mostra, já desde sua apresentação e desenvolvimento que Santa Catarina pretende elevar seus níveis de ensino, alfabetização e permanência na escola, assim como modificar seu financiamento e parcerias, para sua articulação ao sistema nacional de educação.

Identificamos ao longo desse processo de pesquisa que em Santa Catarina a tendência na organização do plano para a educação esteve claramente ligada à classe dominante do estado, e que as ligações político-partidárias demarcaram os caminhos por onde percorreram as assembleias públicas até a consolidação deste novo Plano Estadual de Educação, o PEE-SC 2015-2024. Conclui-se, com esta tendência que a construção do PEE foi previamente articulada entre as entidades partícipes da consolidação de governo e de sua coligação.

A perceber as intervenções do governo do estado na constituição do Plano, verificou-se que os planos anteriores, que foram consolidados por meio de decretos e medidas de lei, já se encontravam nas mãos únicas do Estado, sem a participação efetiva e deliberativa da comunidade local, regional e estadual.

Ao iniciar esta pesquisa, buscou-se identificar a função social da escola, a perceber qual função social da escola está sendo adotada nos governos constituintes do plano educacional. Contudo, ao fazer a análise desse documento intitulado Plano Estadual - versão preliminar (2013 e 2014), entendemos ser necessária uma análise da função social da escola e a articulação na formação de forças produtivas que engendram o novo Plano Estadual de Educação catarinense.

Com o avanço da pesquisa, diversas dificuldades foram extraídas, como a problemática da falta de fontes e documentos que falam sobre a preparação para a elaboração de um novo plano de educação e a dificuldade de encontrar informações sobre os grupos que participaram e influenciaram na construção do novo PEE-SC.

O estudo de políticas educacionais se fez necessário e contribuiu para a compreensão de novos movimentos na educação, aproximando o papel do estado na educação e na formação de forças produtivas, a visualizar a inserção de novos projetos com objetivos de alavancar o nível educacional com a aproximação ao mundo do trabalho e o aumento da oferta do ensino profissional e técnico, aproximando nossos olhares do objeto de pesquisa com o referencial diálogo marxista, a considerar os conceitos de forças produtivas, forças improdutivoas.

O referencial teórico deu suporte na análise das relações entre o papel da escola com o setor produtivo, pensando o conceito de força produtiva e improdutivo de escola e na formação escolar de sujeitos que atuarão como forças produtivas no desempenho e manutenção do sistema capitalista de modo de vida.

No campo da historiografia, as considerações sobre a história do presente, levam em conta o olhar do pesquisador frente a seu objeto pesquisado, uma aproximação com os perigos e com as implicações em se analisar um objeto próximo ao tempo vivido do historiador.

Em Santa Catarina, todo o processo de consolidação do novo plano para a educação do estado, passou por transformações recentes no cenário da educação brasileira e catarinense. Durante os anos 1990, o Brasil passou por diversas modificações nas leis educacionais, até a última Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e que este último documento de lei prevê que os estados membros da federação são responsáveis por elaborar seus planos para a educação. Com isso, Santa Catarina tem feito aproximações entre setor econômico e escola, determinando a função social de escola.

Esta pesquisa torna-se essencial para perceber que escola e, conseqüentemente, que função social tem a escola para o estado catarinense, descritas no PEE-SC 2015 a 2024, e que influência tiveram os grupos políticos do estado na construção desse plano. É preciso ainda, levantar diversos questionamentos sobre a o papel do estado na formação do trabalho produtivo, e esta primeira aproximação, aponta caminhos para a identificação e compreensão do papel hegemônico de grupos políticos articulados com os setores econômicos, alinhando educação, forças produtivas, ensino técnico e profissional, com o crescimento do estado no cenário econômico nacional e nas novas concepções de escola no século XXI.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Suzy de Castro. **Currículo do sistema currículo lattes**. [Brasília]. Disponível em:

<<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4703645U4>>. Acesso em: 19 abr. 2016.

ANDRADE, Dalton Francisco de. **Currículo do sistema currículo lattes**. [Brasília]. Disponível em:

<<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4780721U5>>. Acesso em: 19 abr. 2016.

BARBOSA, Priscila Mazaro. **Currículo do sistema currículo lattes**. [Brasília]. Disponível em:

<<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4745369P4>>. Acesso em: 19 abr. 2016.

BASSETTI, Sergio Otavio. **Currículo do sistema currículo lattes**. [Brasília]. Disponível em:

<<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4207293T8>>. Acesso em: 19 abr. 2016.

BATISTOTTI, Édna Corrêa. **Currículo do sistema currículo lattes**. [Brasília]. Disponível em:

<<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4162451U2>>. Acesso em: 19 abr. 2016.

BOTTOMORE, Tom (Org.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: nº 9394/96. Brasília: 1996.

CAVALCANTE, Déborah Lopes da Conceição. **Currículo do sistema currículo lattes**. [Brasília]. Disponível em:

<<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4757543Z4>>. Acesso em: 19 abr. 2016.

COSTA, Ramiro Marinho. **Currículo do sistema currículo lattes**. [Brasília]. Disponível em:

<<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4773115Z1>>. Acesso em: 19 abr. 2016.

DESCHAMPS, Eduardo. **Currículo do sistema currículo lattes**. [Brasília]. Disponível em:

<<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4797887H6>>. Acesso em: 19 abr. 2016.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista**. 1. Ed. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GESSER, Zulmara Luiza. **Currículo do sistema currículo lattes**. [Brasília]. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4734957T4>>. Acesso em: 19 abr. 2016.

HARRIS, Laurence. Forças produtivas e relações de produção. In: BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1988, p.157-160.

HOBSBAWM, Eric. J. O presente como história. In: **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HOBSBAWM, Eric. J. Marx e a história. In: **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

LIMA, Júlio César F.; NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Orgs.). **Fundamentos da Educação escolar no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

MARTINS, Rosimari Koch. **Currículo do sistema currículo lattes**. [Brasília]. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4234985A6>>. Acesso em: 19 abr. 2016.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro Primeiro 12ª ed.: Editora Bertrand Brasil, 1989.

_____, Karl. **O Capital: crítica da economia política; livro I**. 16 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1998.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.) **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.

OCDE, **Avaliações de políticas nacionais de educação**: Estado de Santa Catarina Brasil. OCDE, 2010.

PAULO NETTO, José. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PFEIFER, Pedrinho Luiz. **Currículo do sistema currículo lattes**. [Brasília]. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4439386J5>>. Acesso em: 19 abr. 2016.

PINTO, Álvaro Vieira. **Sete Lições sobre a Educação de Adultos**. São Paulo: Cortez-Autores Associados, 1986.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. Versão Preliminar. **Plano estadual de educação**. Florianópolis: SED, 2014.

SIEWERDT, Maurício José. **Instituições de ensino superior do Sistema ACADE e autonomia universitária** [tese]: o trabalho docente nos (des) encontros entre o proclamado e a práxis. 2010. 355 p.: Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Florianópolis, 2010.

SHIROMA, Eneida; CAMPOS, Roselene F.; GARCIA, Rosalba Maria C. **Decifrar textos para compreender a política**: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 23, n. 02, p427-446, Jul./dez. 2005.

SHIROMA, Eneida; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. **Política Educacional**. 4 ed, Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

OCDE, **Avaliações de políticas nacionais de educação**: Estado de Santa Catarina Brasil: OCDE, 2010.

OLIVEIRA, Maristeele Barbosa de. **Currículo do sistema currículo lattes**. [Brasília]. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4451151D5>>. Acesso em: 19 abr. 2016.

PEREIRA, Maria das Dores. **Currículo do sistema currículo lattes**. [Brasília]. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4270773Y2>>. Acesso em: 19 abr. 2016.

REIS, Maria Cristina Pinho dos. **Currículo do sistema currículo lattes**. [Brasília]. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4488561D3>>. Acesso em: 19 abr. 2016.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. Versão Preliminar. **Plano estadual de educação**. Florianópolis: SED, 2014.

SCHMITT, Jeovani. **Currículo do sistema currículo lattes**. [Brasília]. Disponível em:

<<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4217278T8>>. Acesso em: 19 abr. 2016.

SILVA, Nadir Peixer da. **Currículo do sistema currículo lattes**. [Brasília]. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4731588P3>>. Acesso em: 19 abr. 2016.